

Eco-356

**CRESCIMENTO ECONÓMICO NO CONTEXTO DE COMBATE À
POBREZA: SERÁ A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO UMA
SOLUÇÃO? REVISÃO DA LITERATURA E REFLEXÃO SOBRE
MOÇAMBIQUE**

Eurico Samuel Manhiça

Trabalho para obtenção de grau de Licenciatura em Economia

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE ECONOMIA**

Maputo, Dezembro de 2008

CONTEUDO

Declaração.....	iii
Dedicatória	iv
Agradecimentos.....	v
Sumário executivo.....	vi
Lista de abreviaturas.....	vi
Índice de Gráficos.....	viii
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Tabelas	viii
Lista de Anexos.....	viii

CAPITULO I - INTRODUÇÃO

Contextualização.....	1
Identificação do Problema.....	3
Hipóteses.....	5
Objectivos Gerais e Específicos.....	5
Objectivo Geral.....	5
Objectivos Específicos.....	6
Justificação do Estudo.....	6
Delimitação do Tema.....	7
Metodologia.....	7
Estrutura do Trabalho.....	9

CAPITULO II – REVISÃO DA LITERATURA 10

2.1. Crescimento Económico.....	11
2.1.1. Conceito de Crescimento Económico.....	11
2.1.2. Meios e Formas de Crescimento.....	11
2.2. A Pobreza.....	12
2.2.1. Conceito de Pobreza.....	12
2.2.2. Medição da Pobreza.....	13
2.2.2.1. Índice de Pobreza Absoluta.....	13
2.2.2.2. Índice de Profundidade da Pobreza.....	14
2.2.2.3. Índice de Severidade da Pobreza.....	14
2.3. Crescimento Económico e Redução da Pobreza.....	14
2.3.1. Produtividade e Pobreza.....	16
2.3.2. Melhoria no nível de emprego.....	16
2.3.3. Produtividade aumentada dos activos dos pobres.....	16

2.3.4. Produtividade e Pobreza.....	17
2.3.5. Melhoria no nível de emprego.....	17
2.4. Impacto do Crescimento Económico na Redução da Pobreza.....	18
2.5. Conclusão.....	21

CAPITULO III: A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO.....

3.1. Origem e Conceito da DP.....	22
3.1.1 A Origem da DP.....	22
3.2 Tipos de DP.....	24
3.3. Modalidades da DP.....	26
3.4. Razões da DP.....	26
3.4.1. Necessidade de Crescimento.....	27
3.4.2. Partilha de Custos.....	27
3.4.3. Poder de Mercado.....	28
3.4.4. Fortalecimento da base produtiva.....	28
3.4.5. Riscos e Incertezas.....	28
3.5. Vantagens e Desvantagens da DP.....	29
3.5.1. Vantagens.....	29
3.5.2. Desvantagens.....	30
3.6 Conclusão.....	31

CAPITULO IV: CRESCIMENTO VIA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

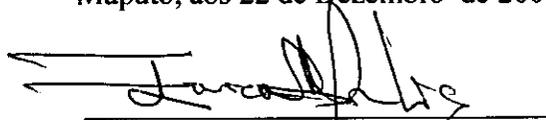
APLICADO AO CONTEXTO MOÇAMBICANO.....	32
4.1. Evolução da Economia Nacional.....	34
4.1.1. Evolução do Investimento.....	37
4.2 Perfil da Pobreza em Moçambique.....	42
4.3. Diversificação, CE e RP.....	43
4.3.1. Segurança Alimentar e Mercados e Preços.....	44
4.3.2. Produtividade.....	46
4.3.3. Emprego.....	47

4.4. Conclusão.....	49
CAPÍTULO V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	50
5.1 Conclusões.....	51
5.2. Recomendações.....	52
CAPITULO VI. BIBLIOGRAFIA	53
ANEXOS.....	59

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição de ensino educacional.

Maputo, aos 22 de Dezembro de 2008

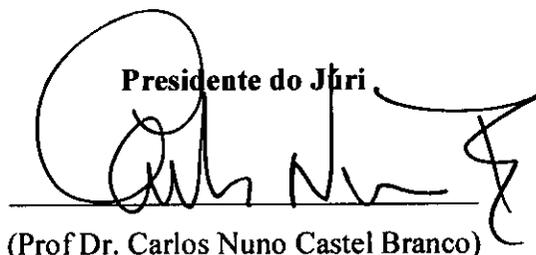


Eurico Samuel Manhiça

APROVAÇÃO DO JURI

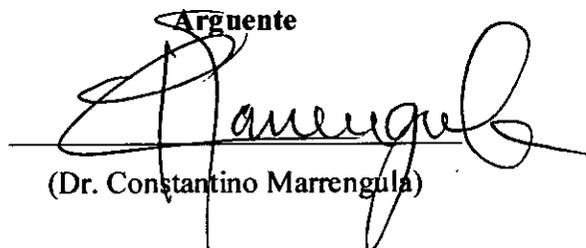
Este trabalho foi aprovado com **14 (Catorze)** valores no dia **22 de Dezembro de 2008** por nós, membros do Júri, examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

Presidente do Júri



(Prof Dr. Carlos Nuno Castel Branco)

Arguente



(Dr. Constantino Marrengula)

Supervisor



Dr^a Luiza Ribeiro

Dedicatória

À Deus, pela vida e alegria na terra e
por estar presente em todos os
momentos da minha vida!

Aos meus pais,

*Por me ensinar o caminho da escola e
por terem tido a difícil tarefa de criarem-me
até hoje com carinho e dedicação*

Aos meus irmãos,

*Que nos momentos difíceis
ajudaram-me a ultrapassar as
dificuldades, junto com eles.*

Ao meu filho

*Pela alegria e inspiração
que me proporciona*

Agradecimentos

Este trabalho apesar de ser individual, ele não é solitário, para que se tornasse realidade várias foram as individualidades que participaram directa e indirectamente na sua realização, pelo que toma-se um dever moral enaltecer os meus votos de gratidão à todos.

Especial agradecimento à Dr. Luiza Ribeiro na qualidade de supervisora do trabalho, pela paciência e compreensão com que se dirige a seus estudantes, pela sua dedicação e contributo na condução e na finalização deste trabalho.

Aos Drs C. Marrengula, e M. Sylvestre pelos ensinamentos ao longo da minha formação e a todos os professores da Faculdade de Economia que contribuíram para minha formação académica, servindo de referência à minha carreira pessoal e profissional.

Aos meus tios José Mateus e Rosa da Silva por me acolherem, pelo carinho e atenção dispensada, não só no processo de realização do trabalho, como também durante toda a minha carreira de estudante.

Aos meus primos Nelson e Belmiro Mateus, Marco Maquena, ao meu grande amigo Xandó, à Mamaline Mateus, colegas de Turma Vilma Pessa, Paulino Shakushasha, Luis Manjama, Aurélio Bucuane, Carlos Maia, , Finório Castigo, e aos demais da turma 2001, pelo companheirismo e atenção em alguns momentos marcantes durante a minha formação.

E finalmente mas não menos, agradeço à minha noiva Montaz Bai pelo carinho e atenção dispensada, não só no processo de realização do trabalho, como também durante toda a minha carreira de estudante. Estou ciente que, a palavra obrigado não conseguiria expressar com exactidão os meus sentimentos.

À Deus por ter me protegido e guiado durante toda a minha caminhada. Por ter colocado em minha vida pessoas cheias de luz que me conduziram quando mais precisei. À todos, o meu **MUITO OBRIGADO!**

Sumário Executivo

O presente trabalho tem por objectivo analisar como o crescimento económico contribui para a redução da pobreza e se a diversificação da produção é uma opção viável para que através do crescimento económico possa reduzir a incidência da pobreza absoluta no mundo e em particular em Moçambique. O trabalho aborda de forma descritiva os objectivos propostos através da análise da literatura existente e os dados foram recolhidos das estatísticas oficiais. Para avaliar o efeito da diversificação da produção sobre o crescimento económico e por via disso a erradicação da pobreza, efectuou-se um trabalho de campo nos distritos de Boane, Moamba na Província de Maputo e no distrito de Ulongué na Província de Tete e na qual tendo sido escolhida o método de amostragem intencional foi possível alcançar os objectivos propostos.

O crescimento económico tem efeitos benéficos na melhoria de vida da população pobre, primeiro porque segundo todos os indicadores da pobreza, a pobreza diminui à medida em que o rendimento per capita aumenta, segundo porque grande parte da redução da pobreza é explicada pelo crescimento da renda per capita. Portanto, embora se reconheça que o crescimento da renda per capita reduza a pobreza é ainda difícil saber até que ponto este crescimento gera redução da pobreza e porque o impacto do crescimento económico na redução da pobreza depende muito da forma como é que esse crescimento acontece ou não varia muito em relação ao estágio do desenvolvimento do país.

Da análise feita a partir do trabalho do campo constatou-se que a DP cria impactos positivos no crescimento da renda per capita, e por conseguinte na redução da pobreza, ao garantir a segurança e dieta alimentar da população, ao promover o nível de emprego dentro e fora do sector agrícola, ao aumentar a produtividade dos camponeses e ao reduzir os custos de transacção o que cria impactos positivos na redução do preços o que irá aumentar o rendimento real dos camponeses e assim melhorar o seu nível de vida.

Palavras Chaves: Diversificação da Produção; Crescimento Económico e Redução da Pobreza.

LISTA DE ABREVIATURAS

APT	Associação dos Produtores de Tabaco
CE	Crescimento Económico
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
DP	Diversificação da Produção
EDA	Estratégia de Desenvolvimento Agrícola
GoM	Governo de Moçambique
IAF	Inquérito aos Agregados Familiares
IDE	Investimento Directo estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDN	Investimento Directo Nacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPA	Índice de Pobreza Absoluta
IPP	Índice de Profundidade da Pobreza
ISP	Índice de Severidade da Pobreza
LP	Linha da Pobreza
ODM	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
OE	Orçamento do Estado
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PEA	População Economicamente Activa
PES	Plano Económico Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVDs	Países em Vias de Desenvolvimento
RNDH	Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano
RP	Redução da Pobreza
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
USD	Dólar Norte Americano
WB	Banco Mundial

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1. <i>Crescimento per capita da Zâmbia e Indonésia 1970-1995</i>	20
Gráfico 2. <i>Evolução do PIB e milhões de USD</i>	35
Gráfico 3. <i>Taxa do Crescimento PIB em milhões de USD</i>	37
Gráfico 4. <i>Investimento Total</i>	38
Gráfico 5. <i>Investimento Privado realizado em milhões de USD</i>	39
Gráfico 6. <i>Composição do PIB 1996 2003</i>	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. <i>Tipos de Diversificação</i>	25
Figura 2. <i>Distribuição Sectorial do PIB</i>	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. <i>Impacto do Crescimento Económico na Redução da Pobreza</i>	21
Tabela 2. <i>Incidência e profundidade da Pobreza, pela abordagem de cabaz fixo em %</i>	42
Tabela 3. <i>Incidência e profundidade da Pobreza, pela abordagem de cabaz flexível</i>	43

ANEXOS

Anexo 1. <i>Questionário</i>	60
Anexo 2. <i>PIB na Óptica de Produção e na Óptica da Despesa</i>	62/63

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A pobreza existe em muitos dos países industrializados, caracteriza regiões inteiras do mundo em desenvolvimento e a dimensão da pobreza atingiu níveis alarmantes. Em 2001 o relatório do Banco Mundial indicava que cerca de 6 biliões de pessoas no mundo eram pobres, dos quais 1.2 biliões de pessoas viviam em condições de extrema pobreza, sendo a maior parte dessa população residente nos países em vias de desenvolvimento (PVDs). Em Moçambique dados do Inquérito de Agregados Familiares realizado em 96/97 (IAF 96/97) indicou que cerca de 69.4% da população era pobre da qual 70% residia no meio rural.

A preocupação em torno da pobreza começou na década 70 com a decisão de MacNamara, em Nairobi em 1973, visando a erradicação da pobreza como verdadeira meta para o desenvolvimento. Durante a segunda metade da mesma década, devido a crise que se instalou no mundo, essa preocupação foi deixada de lado e na década 80 a nova doutrina económica subestimou os problemas relacionados com a pobreza e insistiu no restabelecimento do mecanismo de mercado para promover o crescimento económico. No entanto, a década de 90 foi marcada pelo regresso à discussão em torno da pobreza e o elemento novo nessa discussão era o facto da pobreza estar articulada com o crescimento¹.

As causas da pobreza residem numa complicada teia de situações locais conjugadas com circunstâncias nacionais e internacionais. É o produto de processos económicos que se registam a diversos níveis, bem como, de uma série de condições sociais e económicas que parecem estruturar as possibilidades das pessoas. A pobreza abrange diferentes dimensões de privação relacionadas com as capacidades humanas, incluindo o consumo, a segurança alimentar, a saúde, a educação, os direitos, o viver em segurança, e a dignidade².

¹ Banco Mundial 2004, Relatório do Desenvolvimento Mundial, Washington DC

² OCDE 2001. Síntese apresentada no âmbito do seminário Africa emergente

Por outro lado, a prevalência da pobreza condiciona o nível de desenvolvimento económico de uma determinada economia, associada à degradação do tecido social, a fraca participação da força do trabalho no emprego, a baixa produtividade da pessoa pobre devido à fome a deficiente assistência médica e nível de escolaridade, o aumento da criminalidade e actos de vandalismos. A constatação dessa situação levou o governo a incluir na sua agenda política o problema de redução de pobreza, situação essa que é reforçada pela aprovação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA) no ano de 2001 e actualmente por sua excelência Presidente da República Armando Emilio Guebuza no âmbito da sua governação aberta na qual considera a pobreza como sendo o inimigo número um de todo seu executivo e do povo Moçambicano.

Embora a luta contra a pobreza e a promoção do bem estar social dos pobres tenham sido generalizadas, falta ainda encontrar um consenso em torno da definição e medição da pobreza e quais os determinantes que mais rapidamente levarão a sua erradicação. Estudo realizado e publicado por Narayan e all no ano 2000 demonstrou que elevar os níveis de renda per capita é um dos factores capazes de diminuir a pobreza, mas se crescimento económico for sustentado pela diversificação da estrutura produtiva. O estudo levado a cabo pelo Banco Mundial em 2000-2001³ defendeu visão semelhante, baseando sua posição na ideia de que outros indicadores como o nível educacional e de saúde levam ao aumento do bem estar dos pobres, razão pela qual, o crescimento económico é um forte determinante de redução da pobreza.

É neste sentido que este trabalho, pretende analisar o efeito do Crescimento Económico (CE) e a Redução da Pobreza (RP) em Moçambique, considerando se a diversificação da produção⁴ constitui uma possível solução para a redução da pobreza, através do crescimento económico.

³ Banco Mundial 2000-2001, Ataque à pobreza. Washington DC

⁴ A diversificação da produção adiante tratada por DP neste trabalho, diz respeito à um conjunto de elementos como: a manufactura de produtos distintos, expansão da produção, distribuição de oportunidades, gestão de riscos e governação.

O argumento principal do trabalho é de que o efeito do Crescimento Económico na Redução da Pobreza depende essencialmente da sua natureza, escala e intensidade⁵. Um crescimento económico sustentado pela diversificação da produção (DP) tem mais probabilidade de sucesso na redução da pobreza, na medida em que, este tipo de crescimento é acompanhado por incentivos e condições que afectam directa e indirectamente os activos da maior parte da população e o conseqüente aumento da renda dos pobres. E porque o crescimento não é apenas um aspecto microeconómico, mas sim, um resultado cumulativo de inúmeras decisões tomadas aos diferentes sectores e até regiões, torna-se cada vez mais importante reparar nas dinâmicas do crescimento económico quer seja a nível nacional assim como a nível sectorial (Da Cruz 2006).

1.2 Identificação do Problema

Grande parte da literatura que aborda o impacto que a renda per capita gera na redução do grau da pobreza centra a análise na quantidade do crescimento económico. A literatura enfatiza a quantidade de crescimento económico muito mais do que a diversificação produtiva como um elemento favorável para a redução da pobreza.

De uma maneira geral, o ritmo de crescimento económico de um país tornou-se a palavra-chave para uma inserção competitiva no mercado mundial, assumiu até mesmo o carácter de “recomendação” visando o bom desempenho económico e, muitas vezes, chega a ser sinónimo de progresso⁶.

Por outro lado, existe, outra literatura que tem opinião contrária quanto ao ritmo de crescimento como condição necessária para a RP. Esta literatura⁷ comunga a ideia de que o impacto do crescimento económico na redução da pobreza depende da sua natureza, escala e intensidade.

⁵ PNUD 2001, Relatório Global do desenvolvimento Humano.

⁶ Breitbach A. 2001, Entre a Especialização e a Diversificação Industrial: Por Um Desenvolvimento Regional Durável

⁷ PNUD 2005, Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. Maputo, Moçambique

Estudos realizados no Brasil⁸ constataram que 32.7% da população brasileira encontravam-se em extrema pobreza e que o crescimento económico constitui uma via importante para a sua redução. No entanto, o mesmo estudo, apesar de reconhecer a importância do ritmo de crescimento económico como determinante para combater a pobreza, considerou-o uma via lenta, porque um crescimento da renda per capita de 3% ao ano levava a redução da pobreza em aproximadamente um ponto percentual a cada 2 anos, o que significava que um crescimento contínuo e sustentado do nível da renda per capita em 3% ao ano, levaria mais de 25 anos para se atingir o primeiro Objectivo do Desenvolvimento do Milénio (ODM⁹). O estudo mostrou ainda, que a redução da pobreza reagia ao crescimento económico de base ampla ou a uma estrutura económica diversificada. Outros estudos realizados em alguns dos países em desenvolvimento como a Índia e o Burundi confirmaram os resultados do estudo realizado no Brasil e chegaram à conclusão de que o ritmo de crescimento económico tem pouco efeito na redução da pobreza e requer muito tempo para se atingir um objectivo a médio prazo. Estes estudos concluíram, também, que a principal influência do crescimento económico na redução da pobreza é o crescimento de base ampla¹⁰.

Esta nova literatura não compartilha a ideia de que a estratégia da redução da pobreza deve centrar-se no ritmo de crescimento económico. Aydalot (1984) e Matteaccioli (1995) salientam que as economias diversificadas estão mais aptas a reagir aos riscos e incertezas que caracterizam a economia globalizada. Segundo eles, uma grande atenção ao ritmo de crescimento económico pode trazer uma maior vulnerabilidade da economia face aos choques internos e externos e, fica à mercê das oscilações da conjuntura económica.

⁸ Barros & Mendonca 2000, *Desigualdades na distribuição de Rendimento e implicação sobre a pobreza*. Rio de Janeiro, Brasil

⁹ ODM surgem da Declaração do Milénio das Nações Unidas, adpotada pelos 191 Estados membros no dia 8 de Setembro de 2000, sendo o primeiro objectivo a erradicação da pobreza e a fome.

¹⁰ Fields, Gary. 1989. *Changes in Inequality and Growth in Developing Countries*. The World Bank Research Observer 4 July.

Num estudo sobre o impacto do crescimento económico realizado na Índia por Ravallion e Datt (1998)¹¹ mostrou que, ao contrário do que parece ser a tónica das abordagens recentes sobre a redução da pobreza, o ritmo de crescimento económico não é a única via para o sucesso económico, nem necessariamente a melhor. No entanto, embora se reconheça a importância do ritmo de crescimento económico na redução da pobreza, a diversificação da produção torna-se um pilar importante para a redução da pobreza via crescimento económico, principalmente se considerarmos o grau de incerteza e de risco que reina actualmente no âmbito da economia mundial.

Assim, a questão que se coloca no presente trabalho é: *será a opção pelo crescimento económico baseado na diversificação da produção uma condição chave para reduzir a pobreza em Moçambique?*

1.3 Hipóteses

Para se responder ao problema identificado na secção anterior consideram-se as seguintes hipóteses:

- A prevalência do elevado nível de pobreza é explicado pela forma como a economia cresce;
- A diversificação da produção pode constituir uma via estratégica para que através do crescimento económico se reduza em grande medida a dimensão da pobreza.

1.4 Objectivos Gerais e Específicos

1.4.1 Objectivo Geral

- Analisar como o crescimento económico pode contribuir para a redução da pobreza no mundo, particularmente em Moçambique.

¹¹ Datt, G. & Ravallion M. 1998, *Why Have Some Indian States Done Better at Reducing Poverty?* *Economica* 66, Washington DC

1.4.2 Objectivos Específicos

- Analisar os mecanismos pelo qual o crescimento económico reduz a pobreza;
- Analisar as vantagens e desvantagens da Diversificação da Produção;
- Analisar se a diversificação da produção é uma opção viável para a redução da pobreza via crescimento económico.

1.5 Justificação do Estudo

A luta contra a pobreza constitui o objectivo número um do programa de muitos governos. Tal situação levou a que líderes mundiais de cerca de 189 países participassem em Setembro de 2000 em Washington na denominada *Cimeira do Milénio*, na qual figuraram 8 objectivos e estabeleceram 18 metas globais¹². Moçambique país que também marcou sua presença na cimeira supra, em 2001 adoptou a primeira estratégia de combate a pobreza, o PARPA I, agora na sua segunda fase (PARPA II), o que desperta a necessidade de maior investigação sobre quais os elementos que levarão ao alcance do principal objectivo do GoM¹³. Isto é, a motivação pelo tema resulta do próprio objectivo de redução da pobreza.

Achou-se oportuno o estudo da redução da pobreza a partir do crescimento económico¹⁴, primeiro porque as pessoas dão mais importância a renda como determinante da sua qualidade de vida¹⁵, segundo porque permite avaliar as potenciais capacidades de reversão da situação de pobreza, terceiro permite descortinar as principais fontes e o seu peso relativo na renda total, possibilitando desta forma o entendimento da pobreza numa perspectiva monetária (T. Huo 2006).

¹² Para este trabalho interessa-nos primeiro ODM

¹³ O Objectivo principal do GoM para o quinquenio 2006-2009 é a redução do nível de pobreza

¹⁴ Em algumas partes do trabalho trata-se o crescimento económico como renda per capita

¹⁵ No inquerito realizado por investigadores do Departamento da arqueologia da UEM em 2005 nas províncias de Inhambane e Sofala, pessoas entrevistadas disseram o seguinte sobre a pobreza: quando os CFM trabalhavam bem, nós tínhamos emprego, recebíamos dinheiro e com ele comprávamos esteiras, comida, e outras coisas que aqueles que não trabalhavam produziam... agora que os CFM não trabalha bem ficamos todos pobres, porque não temos dinheiro para comer. Disseram ainda que somos pobres porque não chove, quando chove não somos pobres porque produzimos nas nossas machambas.

Deste modo, a opção por pesquisar se crescer via DP constitui uma das condições chave para a redução da pobreza em Moçambique deriva do facto de que esta via consegue captar dinâmicas do crescimento da população pobre, reduz o risco de fracasso de políticas de redução da pobreza e porque uma estrutura económica diversificada tem mais chances de se recuperar de crises passageiras, permitindo que os sectores de actividades com melhor desempenho assumam o comando, quando alguns passam por dificuldades. Assim, o desemprego em um ramo pode significar absorção de mão-de-obra por outro. Isso sem contar as possibilidades de integração do tecido local, que a diversificação contribui para aprofundar. Dessa forma, é mais provável que o dinamismo global da economia seja mantido, mesmo que nem sempre em níveis muito elevados. Neste caso, importa referir é que uma economia diversificada tende a ser mais adaptável, mais flexível às mudanças económicas do que uma região que apresente ritmos de crescimento elevados .

1.6 Delimitação do Tema

A pobreza é um fenómeno multidimensional, a evolução do seu tratamento, bem como, na forma da sua medição e avaliação reforçam essa multidimensionalidade, reflectida no desenvolvimento de várias abordagens que procuram a todo custo um consenso em torno da sua definição e medição. No presente trabalho, considera-se a pobreza na sua dimensão simplificada, como sendo a insuficiência de rendimento para as famílias poderem assegurar o nível mínimo necessário de satisfação das suas necessidades mais básicas, isto é, as famílias que vivem com uma renda per capita inferior ao nível mínimo necessário¹⁶.

1.7 Metodologia

Para a elaboração do presente trabalho foram usados dados sobre a pobreza e crescimento económico de Moçambique e, em alguns casos, utilizaram-se dados de alguns países para efeitos de análise comparativa e para sustentar alguns argumentos. No entanto, a metodologia utilizada consistiu basicamente na pesquisa bibliográfica e documental, que trata de assuntos

¹⁶ A linha de pobreza adiante designada LP é um parâmetro que pretende considerar pobre todo o individuo que se encontra abaixo do seu valor. O valor fixado é de 1 dollar por dia.

directa e indirectamente relacionados com o tema, pesquisa na Internet de artigos publicados nos diversos websites, cuja finalidade era de encontrar fundamentação teórica para o respectivo trabalho. Foram ainda, realizadas entrevistas formais e informais com diversas personalidades que trabalham em, ou lidam com, instituições de planificação e elaboração de estratégias de combate a pobreza, e outras personalidades que não trabalham nem lidam com tais instituições cuja finalidade é colher pareceres que vão ao encontro dos objectivos do trabalho.

Moçambique por ser um país pobre que não tem beneficiado de uma investigação sectorial específica, total e profunda em quase toda a sua história recente. Por isso, considerou-se importante especificar o contexto do país, especialmente no que diz respeito à dinâmica da investigação, para encontrar a metodologia correcta para o estabelecimento de prioridades.

A metodologia usada no trabalho centra-se no valor económico da produção agrícola e industrial e no potencial dos recursos disponíveis para a redução da pobreza absoluta dos produtores rurais e urbanos.

Os anuários estatísticos e os inquéritos nacionais aos agregados familiares são a base de análise deste exercício. Os resultados são reportados sob duas perspectivas evolução económica, e pobreza absoluta. Os dados estatísticos fornecem uma base importante para avaliar a condição actual de vida da população de Moçambique e de modo a destacar a estratégia que mais favorecerá a redução da pobreza.

No que diz respeito ao estudo da DP em Moçambique, uma vez que pouco ou quase nada foi escrito, a metodologia utilizada consistiu basicamente no trabalho de campo, efectuado nos Distritos de Moamba e Boane na Província de Maputo e no Distrito de Ulongué na Província de Tete na qual o autor utilizou o método de observação directa, e inquérito à algumas associações de camponeses na tentativa de buscar fundamentos práticos consistentes com as hipóteses e a justificação do estudo do trabalho. Os inquiridos foram seleccionados por

amostragem intencional¹⁷ e as regiões foram escolhidas tendo em conta o potencial agrícola que elas representam.

1.8 Estrutura do trabalho

O propósito do trabalho é apresentado em seis (6) capítulos. O primeiro capítulo apresenta as notas introdutórias, discute os antecedentes e contextualiza o tema no âmbito geral e específico, identifica o problema, define as hipóteses a serem defendidas, define os objectivos que se pretende alcançar, a motivação pela escolha do tema, a delimitação do tema, a metodologia adoptada e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a revisão da literatura que fornece as principais bases teóricas de suporte do trabalho. Neste capítulo procura-se analisar como é que o crescimento económico pode reduzir a pobreza e quais os mecanismos pelo qual o crescimento da renda per capita reduz a pobreza num país. O capítulo discute ainda a relação entre o crescimento económico e a redução da pobreza.

No terceiro capítulo faz-se a análise da diversificação da produção, começando pela sua definição, a tipologia da diversificação, as modalidades de diversificação, as razões da diversificação, as vantagens e as desvantagens de diversificar a produção

O quarto capítulo apresenta o estudo do crescimento económico via diversificação da produção em Moçambique, começando a análise pela forma como a economia nacional cresce, e a seguir apresenta-se o perfil da pobreza em Moçambique seguindo-se a relação entre a diversificação da produção, crescimento económico e a redução da pobreza, isto é, o impacto da diversificação sobre o crescimento económico e, por via disso, a redução da pobreza em Moçambique. Nesta parte do trabalho evidencia-se o papel do investimento em projectos de diversificação da produção e daí, à luz da teoria económica e de experiências

¹⁷ É uma amostragem não probabilística e consiste em seleccionar um subgrupo de população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo, de toda a população.

observadas em alguns pontos de Moçambique¹⁸ derivar sugestões no sentido de aproveitar as potencialidades que o país apresenta para que através do diversificação de produção promover o crescimento económico rápido abrangente e sustentável e por via disso erradicar a pobreza.

O quinto capítulo referente às conclusões e recomendações apresenta as ilações tiradas com base nas análises anteriormente feitas e a possibilidade de generalizar os resultados da análise para outros determinantes da pobreza, tendo em conta a especificidade e peculiaridades de cada um. Este capítulo finaliza com sugestões de possíveis planos de acção para a redução da pobreza.

CAPITULO II : REVISÃO DE LITERATURA

Existirá alguma relação entre o crescimento da renda per capita e a redução da pobreza? Se a resposta desta questão for afirmativa, qual é a via pelo qual a renda per capita pode reduzir o grau de pobreza? Quais as condições ou características que o crescimento económico deve ter para que contribua para a redução da pobreza? Estas são algumas das questões que serão tratadas neste capítulo.

Antes da apresentação da relação entre o crescimento económico e a redução da pobreza, o capítulo começa por apresentar na primeira secção o conceito do crescimento económico, a necessidade de crescimento e os meios e formas pelo qual uma economia cresce. Na segunda secção apresenta a abordagem conceptual da pobreza (conceito e formas da sua medição), na terceira secção desenvolve o argumento da conexão entre crescimento económico e redução da pobreza e a importância do crescimento económico para a redução da pobreza.

¹⁸ Algumas regiões com forte potencial agrícola e industrial e onde a maior parte da população residente vive dependendo da actividade para o seu sustento.

2.1 Crescimento Económico

2.1.1. Conceito de Crescimento Económico

O Crescimento é medido por indicadores económicos, daí que se fale em crescimento económico. É um fenómeno de natureza quantitativa, que define a evolução da actividade económica e que traduz a expansão da produção, inovação tecnológica, modificação da estrutura económica. O crescimento económico é aumento da quantidade de bens e serviços produzidos numa determinada sociedade durante um período (geralmente um ano) e posta à disposição das pessoas. O crescimento económico é a melhor e a mais abrangente medida do nível e do crescimento do produto, serve para o controlo apertado do pulsar de uma economia. O CE representa o crescimento sustentado do PIB¹⁹ real e uma melhoria no nível de vida. O crescimento económico representa a expansão do PIB potencial de um país ou quando ocorre o deslocamento da Curva de Possibilidades de Produção para cima e para direita (Samuelson & Nordhaus, 16ª Edição).

2.1.2 Meios e Formas de Crescimento

A promoção do crescimento económico é uma das mais importantes frentes aos anseios de qualquer nação em profunda transformação, porque envolve mobilização de todos os recursos disponíveis no processo produtivo, desde decisões quanto à alocação do pessoal, e à quantidade e qualidade dos recursos a serem injectados no processo de produção, a forma como deverão ser explorados os recursos existentes de modo que não se comprometa o futuro e para que se consigam alcançar níveis de crescimento sustentáveis.

Assim, para que uma economia cresça é necessário que se tenha uma visão aberta e consciente acerca da sua estrutura, nomeadamente, da quantidade, qualidade e localização dos factores de produção existentes, da sua relação com outras economias que podem fornecer

¹⁹ O PIB representa a quantificação do valor do Mercado de todos os bens e services finais produzidos num país durante o ano.

algum suporte, ou que implemente o engrandecimento dessa economia, por via da ajuda externa ou alguma outra técnica que possibilite o aumento do capital produtivo interno.

2.2. A Pobreza

2.2.1. Conceito de Pobreza

A conceptualização de pobreza é algo extremamente complexo. Pode ser feita levando em conta algum “juízo de valor”, em termos relativos ou absolutos. Pode ser estudada apenas do ponto de vista económico ou incorporando aspectos não económicos à análise, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade.

Segundo Ravallion (1992)²⁰, a pobreza está associada ao facto de numa determinada sociedade as pessoas não serem capazes de atingir o nível material e de bem estar assumido como o mínimo nessa sociedade.

Por outro lado, o Banco Mundial considera a pobreza como um fenómeno multidimensional, que está para além da incapacidade de satisfazer as necessidades mais básicas, incluindo a falta de controlo de recursos, o acesso deficiente à água e saneamento, vulnerabilidade a choques (internos e externos), violência, crime, falta de liberdade política e de participação, falta de acesso à educação e saúde, privação de informação e comunicação, má alimentação e falta de abrigo. Este considera a pobreza como sendo a incapacidade de atingir um nível mínimo de vida que inclui para além do consumo privado, o acesso a bens públicos e custos de participação no quotidiano (T. Huo 2006)

Em Moçambique a pobreza é definida como sendo a incapacidade dos indivíduos assegurarem para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade (PARPA I, 2001), ou ainda, como a impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos,

²⁰ Ravallion, M. e G. Datt, 1992, “Growth and redistribution components of changes in poverty measures: A decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s.” *Journal of Development Economics* 38.

famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade (PARPA II 2006)²¹.

2.2.2. Medição da Pobreza

Dado que a pobreza é um fenómeno multidimensional, não existe um indicador único capaz de captar todas as suas vertentes. Portanto, para medir a pobreza e sua evolução, é preciso empregar vários indicadores que capturem as principais vertentes através de múltiplas abordagens. Para tal, foi definida uma linha de Pobreza (LP) cujos indicadores de medição utilizados são o Índice de Pobreza Absoluta, Índice de Profundidade da Pobreza e o Índice de Severidade da Pobreza (Gulube 2007).

2.2.2.1. Índice de Pobreza Absoluta (IPA)

Este indicador, também é conhecido por *Head Count*, e representa a proporção da população em condições de pobreza. Este indicador tem levantado grande debate, por apresentar várias inconveniências.

Segundo Amartya Sen²² este indicador é bastante insuficiente para medir a pobreza, primeiro porque não fornece nenhuma informação sobre a profundidade da pobreza, isto é, qual é o deficit do rendimento da população pobre em relação à LP, segundo porque não capta mudanças no nível da pobreza quando o rendimento da população varia, o que significa que, quando o rendimento da população variar o IPA não altera²³.

²¹ A extensão do conceito da pobreza no PARPA II foi devido a limitação que a definição contida no PARPA I tinha, ao não considerar a diferença entre as condições sócio-económicas de cada região ou grupos de indivíduos em Moçambique

²² A. Sen 1999, "Conceitos de Pobreza" In: "Pobreza e Fomes; Um Ensaio Sobre Direitos e Privações", Editora Terra Mar, Lda., Lisboa.

²³ Vieira S. P. 2005 Crescimento Económico, Desenvolvimento Humano e Pobreza: Análise da Situação em Moçambique; CESA, Documentos de Trabalho nr. 68

2.2.2.2. Índice de Profundidade da Pobreza (IPP)

Na designação inglesa, este indicador é conhecido por *Poverty Gap Index* e representa a distância média em termos percentuais, entre a condição de pobreza de um indivíduo e a linha de pobreza. O IPP é um indicador sensível, particularmente a mudanças nos níveis de vida dos pobres em relação ao IPA, uma vez que este representa a diferença média entre os níveis de consumo dos pobres e a LP, multiplicada pela IPA. Por exemplo, se um pobre aumenta o seu consumo mas ainda se encontra abaixo da linha de pobreza, ou se o pobre estiver abaixo da LP e o seu rendimento aumentar, pode-se dizer que a pobreza reduziu porque a pessoa se tornou menos pobre. O IPA não alteraria neste caso, mas IPP sim, daí que o IPP também é conhecido como o indicador que mede o quão pobres são os pobres (Vieira 2005 & GoM 2001).

2.2.2.3. Índice de Severidade da Pobreza (ISP)

Este indicador conhecido na língua inglesa por *Squared Poverty Gap index*, é definido como a média do quadrado dos défices proporcionais da pobreza, e é sensível às desigualdades entre os pobres e às mudanças destas desigualdades (GoM, 2001).

2.3. Crescimento Económico e Redução da Pobreza

A qualidade e disponibilidade de dados internacionais sobre a distribuição de rendimentos e da pobreza melhorou significativamente nos últimos tempos²⁴. Tal situação levou a que os investigadores explorassem de forma mais detalhada as relações entre o CE e RP, e com técnicas estatísticas mais poderosas. Isso revela que a literatura está repleta de estudos no

²⁴ Dollar, David e Kraay, A, 2000, "Growth is good for the poor." Policy Research Working Paper, World Bank, Washington DC. e Deininger & Squire 1998, "New Ways of Looking at Old Issues", *Journal of Development Economics*, 57

sentido de identificação de direcção de causalidade entre o CE e RP, dada a importância e implicação destas nas acções de políticas dos países.

No entanto, se existe uma causalidade no sentido negativo (relação inversa) entre o crescimento da renda e a redução da pobreza, então o aumento da renda per capita pode reduzir o grau de pobreza. E se não existe nenhuma relação, o aumento da renda per capita não terá efeito algum sobre a redução da pobreza.

O crescimento económico é um pré requisito para o melhoramento do padrão de vida da população, na qual este é complementado com outras acções, como o nível educacional e saúde, infraestruturas, vias de comunicação²⁵, etc. Para os autores abaixo citados, o crescimento económico tem sido a maior fonte de redução da pobreza. Eles nos seus estudos afirmaram vincadamente que, em geral, uma variação de até 50% na redução da pobreza é explicada pelo crescimento da renda per capita. No entanto, advogam que o crescimento da renda per capita está inversamente relacionado com o grau de redução da pobreza, embora falte medir com exactidão a dimensão em que o crescimento económico gera na redução da pobreza, isso devido, por um lado, à falta de informação completa a nível macro, assim como, à falta de informação a nível micro económico sobre o padrão de vida da população face às transformações económicas e, por outro lado, devido ao efeito que o crescimento económico tem nos outros indicadores da pobreza²⁶.

A maior parte dos estudos sobre a relação entre o crescimento económico e a redução da pobreza baseiam-se em dados de corte transversal e em modelos econométricos para estimar o efeito da renda per capita na redução da pobreza. Evidências sugerem que os dados oficiais não são os melhores, mas são oficiais, e devido à infiabilidade destes, infraestruturas precárias e a incapacidade de muitos países em providenciar informação e serviços adequados (fiáveis)

²⁵ Ganon & Liu 1997; Bolnick 2005; Dollar & Kraay 2001; Ravallion e Chen 1997; R. Paes 2002; Fields 1989

²⁶ B. Bolnick 2005, *Crescimento Económico: Um Instrumento para a Redução da Pobreza em Moçambique*, Ministério do Plano e Finanças, Maputo Moçambique

para analisar de forma adequada a relação entre o crescimento da renda per capita e a redução da pobreza, tem sido o maior constrangimento.

Apesar dos constrangimentos verificados de casualidade nas análises empíricas sobre o crescimento económico e a redução da pobreza a literatura apresenta vários mecanismos pelo qual o crescimento económico reduz o grau de pobreza.

2.3.1. Produtividade e Pobreza

O crescimento económico pode reduzir directamente o grau de pobreza através do aumento da produtividade dos pobres. O aumento da produtividade pode ser feito através dos aumentos de activos inapropriados para o sector privado e fornecidos pelo governo, tais como, a educação e saúde, vias de comunicação e, através dos seus próprios investimentos tirados da sua poupança ou dos empréstimos. Importa referir que o crescimento económico não traz somente benéficos para a população considerada pobre mas também para aquela considerada não pobre.

2.3.2. Melhoria no nível de emprego

O acesso ao nível de emprego e o retorno dos activos que os pobres possuem, pode ser conseguido através de maior utilização de terras não utilizadas, do aumento salarial e do nível de emprego, dos lucros derivados do aumento de preços de produtos vendidos pelos pobres e não pobres e do maior nível de produção.

2.3.3. Produtividade aumentada dos activos dos pobres

A produtividade aumentada dos activos que os pobres detém pode ser conseguida através do aumento da produtividade da terra, ou da mão obra, ou do investimento em infraestruturas e vias de comunicação

2.3.4. Aumento da procura de bens e serviços dos pobres

O aumento da procura por unidades produtivas que utilizam mão de obra intensiva ou o estímulo à produção de mercadorias que usam mão de obra intensiva. No entanto, este estímulo advém de aumentos da procura desses produtos que por sua vez são estimuladas por rendas altas.

2.3.5. Investimentos complementares

Como vimos nas secções anteriores, o crescimento económico é um factor necessário e não suficiente para a redução do grau da pobreza, daí a necessidade de ser complementado com outras acções como águas e saneamento, provisão de informação sobre a dinâmica de mercado, serviços educacionais, de saúde, energia.

Em literatura recente (Ganon & Liu, 1997; Dollar & Kraay, 2001), consideram duas formas pelo qual o crescimento económico reduz a pobreza, a primeira forma é a via directa que pode ser alcançada através da redistribuição de rendimento, a segunda forma é a via indirecta que pode ser alcançada através do crescimento do PIB per capita.

A via directa enfatiza a provisão das necessidades básicas para os pobres. Esta literatura considera que os indivíduos são pobres porque não têm recursos suficientes para satisfazer as necessidades básicas e porque têm pouca acumulação do capital humano, e eles não chegam a tirar proveito das vantagens que advêm do crescimento económico. Entretanto, uma intervenção directa a favor dos pobres pode engendrar a eficácia necessária para sair da pobreza.

A via indirecta, enfatiza que a redução da pobreza pode ser alcançada através do investimento e políticas que promovam o crescimento económico, como é o caso do melhoramento do funcionamento do mercado, facilidades e flexibilidade de ajustamentos e aumento da

eficiência na alocação de recursos. Com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita espera-se que possa trazer benefícios para toda a sociedade, incluindo os pobres, em forma de mais oportunidades de emprego e outras oportunidades sócioeconómicas.

2.4 Impacto do Crescimento Económico na Redução da Pobreza

O lançamento do Relatório de Desenvolvimento Mundial pelo Banco Mundial no ano 2000/2001, entitulado *Ataque a Pobreza*, precipitou um grande debate sobre o impacto do CE na RP. A maior parte das pessoas questionavam se o CE beneficiava os pobres, ou se os pobres recebiam a sua parte no crescimento económico (R. Paes 2002). Os estudos examinaram o impacto das alterações na renda per capita sobre as medidas padrão de pobreza utilizando modelos econométricos e dados de corte transversal internacionais ou de série temporal para cada país. Nesse tipo de análise utilizam-se normalmente dois indicadores, nomeadamente, a renda média dos pobres e a parte da população com renda abaixo de LP (Dollar e Kraay, 2000).

Dollar e Kraay (2000) nas suas recentes pesquisas baseadas em dados de corte transversal internacionais mostraram que, a renda dos 20% mais pobres aumenta em média, na mesma proporção que a renda per capita. E com base na LP de 1 USD por dia, Ravallion e Chen (1997) concluíram que a pobreza diminui sistematicamente à medida que cresce a renda per capita, com uma elasticidade média de -3,1. Por exemplo, um aumento de 1% na renda per capita, em um país com índice de pobreza de 20% está, em média, associado a uma redução da pobreza de 0,62 pontos percentuais, passando a 19,38%. Dollar e Kraay (2000), mostraram ainda que o rendimento dos pobres *quase sempre* cresce 94% dos 108 casos documentados quando o rendimento per capita aumenta em pelo menos 2% ao ano, e *quase nunca* cresce quando o rendimento per capita não cresce.

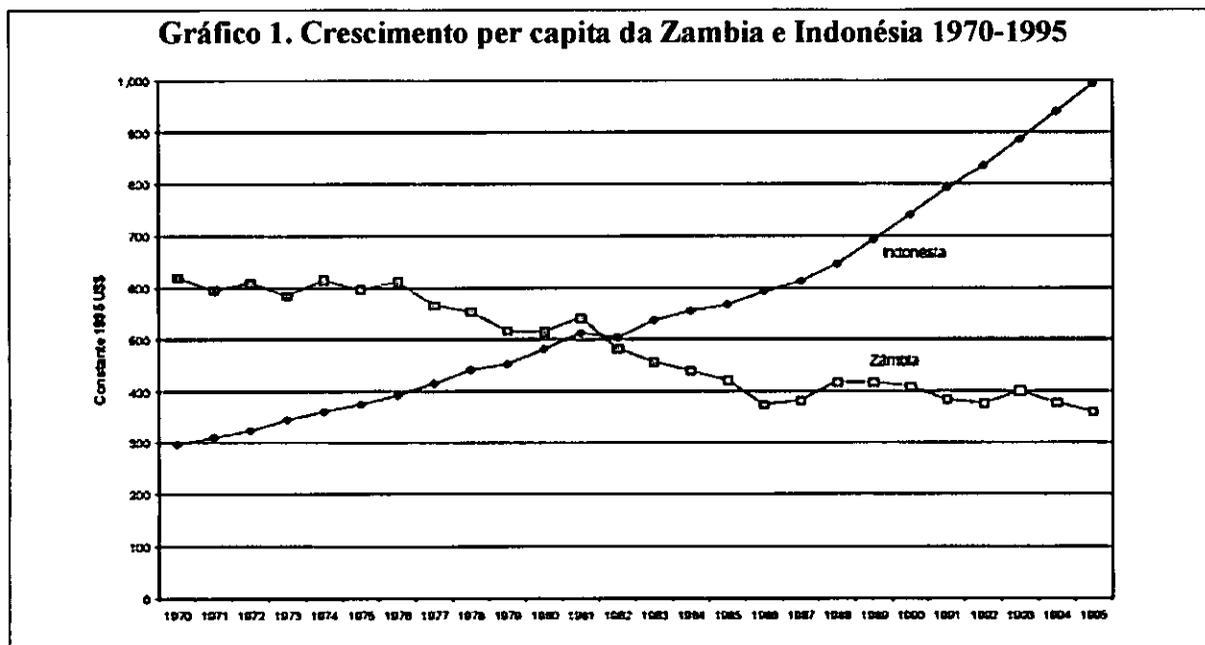
Fallon (2000)²⁷, enuncia que dos 102 períodos para os quais há informações sobre a renda de 20% do nível mais baixo da população, em países emergentes, com crescimento per capita positivo, 14 não eram vantajosos para os pobres, no sentido de que eles não obtinham ganhos com o crescimento económico. Mas, em 53 casos, o crescimento pareceu evidentemente favorecer os pobres, tendo a sua renda aumentado mais rápido do que a média

Bolnick (2005) citando Dollar e Kraay (2000), considera que os estudos recentes têm revelado uma relação média de igual proporção entre o crescimento da renda per capita, global, e o crescimento do rendimento para os pobres. Isto é, um aumento de 5% no rendimento per capita global, é acompanhado, em média, por um aumento de 5% do rendimento dos pobres. Esse pronunciamento de relação média de um para um na redução da incidência da pobreza associado ao crescimento está longe de constituir verdade, uma vez que essa relação pode apresentar enormes variações à medida que o tempo passa e variar de país para país. Uma ilustração dessa realidade é o facto de países com taxas de crescimento idênticas diferirem nos níveis de redução da pobreza (Ver Tabela 1).

O gráfico que se segue apresenta a análise comparativa entre o impacto que o CE teve na RP na Zâmbia e Indonésia. No gráfico pode-se verificar que o rendimento per capita da Zâmbia era duas vezes mais alto que o da Indonésia em 1970. Comparativamente, os dois países tiveram níveis baixos de educação e uma grande dependência em produtos primários.

Muitos observadores acreditaram então que “a Ásia parecia encurralada num equilíbrio de baixo nível” e que “as economias da Ásia estavam destinadas à pobreza prolongada. Ainda durante o quarto de século seguinte, o rendimento cresceu até quase 5% por ano na Indonésia enquanto que a economia da Zâmbia deteriorou. Até 1995, o rendimento per capita na Indonésia era quase três vezes mais alto que o da Zâmbia. No entanto, esse aumento do rendimento foi acompanhado por uma redução na incidência da pobreza em 8%, e na a incidência da pobreza aumentou para mais de 70%.

²⁷ Fallon, Peter, and Vivian Hon. 2000. “*Poverty and Labor-intensive Growth*.” World Bank, PREM Network, Economic Policy Group, Washington, D.C.



Fonte: B. Bolnick 2005,

O impacto que o crescimento da renda per capita teve em alguns países africanos está ilustrada na Tabela 1 que se segue, na qual confirma as hipóteses defendidas pela literatura acima. Nesta tabela há que destacar o impacto que o crescimento da renda em Uganda teve na redução da pobreza, o seu crescimento médio anual de 3.2% para um período de 10 anos causou uma redução na incidência da pobreza em -3.90 pontos percentuais. Um outro ponto de destaque é do Senegal no qual se verifica que durante o período analisado o seu crescimento médio anual foi de 0.0% o que significou uma redução da pobreza em -1.68 pontos percentuais, situação que pode levantar a seguinte questão: como foi possível haver redução na incidência da pobreza uma vez que para esse período de 11 anos não houve progresso no crescimento da renda per capita? A resposta a esta questão pode, por um lado, estar associado com a mudança na composição do crescimento da renda per capita, e por outro, pelas diferenças de crescimento ao longo do período analisado.

Tabela 1: Impacto do Crescimento Económico na Redução da Pobreza

Pais	Periodo	Nº de Anos	Crescimento (1)	Pobreza(2)
Mauritania	87-96	9	0.4	-2.67
Senegal	86-97	11	0.0	-1.68
Mali	87-96	9	0.5	-0.76
Gana	88-98	10	2.0	-1.86
Uganda	93-03	10	3.2	-3.96
Zimbabwe	88-99	11	0.5	-0.59
Botswana	92-01	9	-4.0	0.22

(1): *Variação média anual da renda real per capita*

(2): *Variação média anual da incidência da pobreza*

Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook 2005, Washington DC

2.5 Conclusão

O capítulo mostrou que o crescimento da renda per capita é um dos principais elementos que afecta directa e indirectamente a qualidade de vida da população e grande parte da redução da pobreza deve-se ao aumento da renda per capita. O capítulo mostrou ainda os mecanismos pelo qual o CE contribui para a RP e para além disso, mostrou o impacto que o CE teve em alguns países, embora reconheça a dificuldade dos autores em medir com exactidão esse mesmo impacto. No entanto, grande parte da literatura enfatiza o CE como um dos mais importantes determinantes da RP, isto devido ao efeito que o mesmo tem em outros determinantes da RP, como a educação, a saúde e as infraestruturas.

O sucesso e impacto positivo do CE na RP dependerá essencialmente, por um lado, da forma como são adoptadas as políticas de promoção do crescimento económico, da natureza e da forma como esta política toma em consideração o contexto específico no qual deverão ser aplicadas, e por outro lado, depende da dinâmica económica e social que cria e mantém a pobreza ou do perfil estático e dinâmico da pobreza.

CAPITULO III: A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

3.1. Origem e Conceito da DP

3.1.1 A Origem da DP

A relação entre o homem e os recursos existentes na natureza deu origem ao surgimento de várias ciências que procuram explicar o comportamento do homem face aos recursos existentes. O homem é um ser social com necessidades ilimitadas e os recursos mostram-se limitados, o que dá relevância a escassez. Como os recursos para satisfazer as necessidades do eram escassos, este teve que transformar os existentes em outros bens e serviços o que deu origem mais tarde ao surgimento do comércio, a prática do comércio condicionou ao aperfeiçoamento das técnicas de produção, e mais tarde o surgimento da divisão do trabalho e a especialização. A divisão do trabalho e a especialização são os factores (bases) que sustentam a origem da DP, e esta tem como contrapartida a interacção entre os diferentes agentes e o estabelecimento de um sistema de trocas.

3.1.2. Conceito da DP

A DP pode ser entendida em sentido restrito, quando aplicado à uma certa actividade exercida pelas empresas e camponeses, nas suas explorações ou em sentido lato, sempre que associado a uma comunidade rural ou urbana, ou ainda à uma dada economia. No primeiro caso, o conceito de diversificação, associado à multifuncionalidade, significa o exercício, simultâneo ou sucessivo por uma mesma pessoa, de várias actividades que relevam da actividade agrícola e não agrícola, no sentido de tornar mais competitivas as sua explorações, através de alternativas que se complementam. No segundo caso, trata-se de preservar e de potenciar as características, os valores e tradições, o património e os recursos endógenos de cada território, propiciando o seu desenvolvimento sustentado e conferindo-lhe atractibilidade.

Britto (1992), define a diversificação da seguinte forma: "Ao nível mais amplo, a diversificação pode ser vista como uma "mudança estratégica", marcada por uma descontinuidade inter-temporal, e que envolve modificações no "mix" de produtos ou serviços ofertados pela firma e/ou dos mercados para os quais os mesmos se destinam. Essa mudança, obviamente, não é um evento instantâneo, consumindo tempo e esforço da firma (exigindo a realocação dos recursos disponíveis) e estando associado a um custo económico bastante significativo".

Sousa (2000), define diversificação produtiva num contexto específico olhando somente para o ramo industrial, distinguindo-o da diferenciação e considera que a diversificação diz respeito a uma manufactura de produtos distintos.

Para Richetti (2006), a DP é uma estratégia institucional de actuação no processo produtivo, com a qual se pretende a produção de produtos distintos, nos mesmos locais ou em diferentes locais de produção e ou mercados.

Para Arnaldo (2002), a DP é a ampliação do portefólio de produtos e serviços de uma unidade ou de uma dada economia.

Para Adriano Freire (2000), a DP consiste na entrada em outras áreas de produção com natureza competitivas distintas.

No entanto, A literatura acima olha para a DP num contexto específico e restrita à orientação produtiva, a diversificação não se refere só a produção do ponto de vista de manufactura, mas sim a um conjunto de processos, e actividades relacionadas com a actividade inicial ou não. Por exemplo, uma unidade de processamento de oleaginosas pode diversificar sua produção, processando outro tipo de cultura, distribuindo e desagregando às suas competências para outras unidades.

3.2 Tipos de DP

A DP pode ser Horizontal ou relacionada (concêntrica) e diversificação vertical ou não relacionada (conglomerada).

A diversificação horizontal ou concêntrica (diversificação relacionada), é quando a base produtiva da nova produção é altamente relacionada com as já existentes. Isto é, a DP diz-se horizontal ou concêntrica quando a economia ou uma unidade produtiva passa a produzir novos produtos destinados a novos mercados, cuja produção ou comercialização está directamente relacionada com a produção actividade anterior (M. Ferreira & M. Braga 2004 e A. Freire 1997).

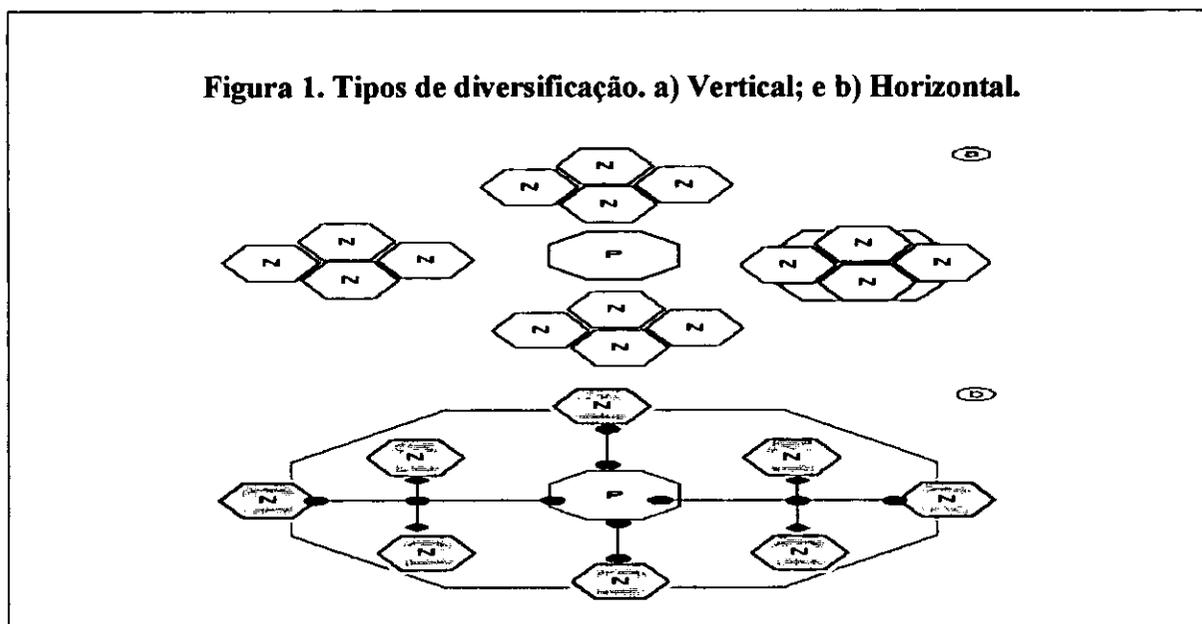
A diversificação vertical ou conglomerada (diversificação não relacionada), ocorre quando a nova área produtiva apresenta pouca ou nenhuma relação/sinergia com as áreas anteriores, no aspecto tecnológico ou comercial (M. Ferreira & M. Braga 2004). Um exemplo de diversificação vertical em Moçambique é o facto de unidades produtivas de fornecimento de combustíveis abrirem nos seus postos de vendas lojas de conveniência para venda de produtos de higiene, cosméticos e bebidas alcoólicas, etc.

No Paraná, o grande expoente da DP é a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Lda. – COCAMAR que, no final dos anos 60, apercebendo dos riscos inerentes à dependência de uma só actividade, iniciou o seu processo de diversificação, produzindo no princípio o café e algodão e, mais tarde, estendeu a sua produção para soja e trigo (M. Ferreira & M. Braga 2004).

A Figura abaixo (figura 1), apresenta os tipos de diversificação, a diversificação Vertical representado pela letra (a) e diversificação Horizontal representada pela letra (b). A actividade principal é indicado pela figura central “P”; as outras actividades derivadas da diversificação

são indicadas pelas figuras "N", e os conectores representam as relações sinérgicas existentes entre as actividades novas e a actividade principal.

Olhando com maior detalhe para a figura pode-se notar que as regiões que estabelecem diversificação horizontal têm maiores possibilidades de ganho sinérgico do que as que optam por diversificação vertical decorrente do uso de recursos partilhados. Segundo Ferreira e Braga (2004), a diversificação não é, por si mesma, a garantia de bom desempenho, o que, aparentemente, é uma das justificativas para que ela seja bem sucedida em algumas regiões, e não o ser em outras. Além dos recursos disponíveis, da região e do mercado específico, a diversificação vai depender também do tipo de produtos com que a região vem produzindo, do seu posicionamento no mercado e da percepção do corpo administrativo acerca das mudanças do ambiente.



Fonte: Ferreira (2002).

3.3. Modalidades da DP

As modalidades da DP podem ser distinguidas de acordo o tipo de actividade, e de acordo com a forma de relacionamento.

Tendo em conta o tipo de actividade a DP pode ser agrícola, industrial e de serviços. Na diversificação da actividade agrícola, as unidades produzem vários tipos de culturas desde alimentares assim como de rendimento durante o ano. Exemplo na Província de Tete os camponeses da zona de Macanga, para além de produzirem somente cultura alimentares como o feijão, batata reino, e com o surgimento da Mozambique Leaf Tobacco uma unidade de produção e processamento do tabaco, eles (os camponeses) passaram a produzir culturas de rendimentos com destaque para o tabaco.

No caso da diversificação industrial a unidade amplia o seu portefólio de produtos utilizando a mesma tecnologia ou outra, por exemplo a empresa de automóvel Honda que no princípio produzia apenas motorizadas, ampliou a sua produção para carros. A diversificação de serviços refere-se à distribuição de oportunidades aos diferentes membros da mesma unidade produtiva ou não, isto é, uma unidade que tem contrato de prestação de serviços com outra unidade, subcontratar uma terceira unidade para o fornecimento de serviços à primeira unidade requeridos pela segunda unidade produtiva. Pode ser ainda, a distribuição de poderes (descentralização) ou competências aos indivíduos de modo a melhor servir a comunidade ou flexibilizar o processo produtivo.

3.4. Razões da DP

As razões (motivos) que levam as economias ou qualquer unidade produtiva a diversificar à sua produção tem a ver com os factores económicos internos e externos e factores não económicos.

Dentre os factores económicos destacam-se a *necessidade de crescimento, partilha de custos, aumento do poder negocial ou poder de mercado, fortalecimento da base produtiva*, e dentre os factores não económicos destaca-se *os riscos e incertezas* decorrentes de choques internos e externos associados(as) às actividades levadas a cabo na economia.

3.4.1. Necessidade de crescimento

Um dos principais elementos que leva uma economia a diversificar a sua produção é a necessidade do seu crescimento, o que exige a produção de diferentes tipos de bens e serviços em grande quantidade e com alta qualidade e trabalhar a situação de seus concorrentes que se apresentam com pequena (grande) escala e sem (com) condições de conseguir mercado. O crescimento da economia faz com que ela possa diversificar-se para suprir algumas demandas insatisfeitas, ou para criar novos mercados que precisam ser dinamizados por novas tecnologias ou adaptação daquelas já existentes, e de fácil aplicação e para criação de novos postos de trabalho para fazer face aos elevados níveis de desemprego existentes nas economias principalmente nas economias em desenvolvimento.

3.4.2. Partilha de Custos

A partilha de custos ocorre quando uma unidade produtiva através da sua dotação de factores de produção praticar actividades de mais unidades alcançando economias de gama²⁸, dos mesmos instrumentos de produção, ou quando a unidade com a mesma dotação de factores de produção consegue incorporar todas as actividades praticadas antes e depois da diversificação, e praticar actividades mais unidades.

²⁸ Economias de gama é quando há diminuição de custos unitários por meio de extensão das operações da empresa para novas actividades

3.4.3. Poder de Mercado

A situação do poder de mercado resulta do facto dos produtores quererem livrar-se dos seus concorrentes, além do mais conseguir mais *status* (prestígio), altos rendimentos e aumentar o seu poder negocial.

3.4.4. Fortalecimento da base produtiva

A diversificação da produção permite aos produtores aperfeiçoarem as suas técnicas de produção, capitalizando suas competências e explorar fontes das vantagens competitivas no comércio interno e internacional, o que de certa forma capitaliza a base produtiva interna quer seja a nível individual assim como a nível colectivo da empresa ou do país.

3.4.5. Riscos e Incertezas

Os motivos que levam a uma diversificação da produção iniciam-se pela incerteza, devido a alta variabilidade do nível de preços de produtos e devido a frequentes oscilações dos mercados isto é, um mercado que trabalha sempre dentro de um princípio, natural ou provocado, do desajustamento sócio-económico (geralmente mercado de competição imperfeita). Um mercado imperfeito envolve riscos que devem ser considerados para que os prejuízos que os produtores possam adquirir sejam o mínimo possível e, se necessário, nenhum. É neste sentido, que os produtores aparecem actuando sobre as irregularidades dos mercados tirando proveito da situação de risco a que estão envolvido, pois para eliminar, ou pelo menos diminuir este problema, os produtores buscam diversificar-se, no seu máximo possível, para conseguir mais mercado. As pequenas e médias empresas incorrem em maiores riscos do que as grandes, devido às economias de escala e a participação governamental com incentivos e subsídios industriais tenderem as grandes empresas, razão pela qual elas optam por diversificar a sua produção cuja finalidade é ganhar grande segmento do mercado.

3.5. Vantagens e Desvantagens da DP

3.5.1. Vantagens

Encoraja o crescimento económico: a diversificação da produção estimula o crescimento económico através da promoção e criação de cadeia de produção e valor, de ligações a jusante e a montante, através de estímulos de outras actividades económicas, do aumento da disponibilidade de produtos consumidos e requeridos internamente e através do fortalecimento das competências dos trabalhadores advindo do know how da nova produção.

Aumento do nível de emprego: através da proliferação de postos de trabalho advindos das novas unidades produtivas ou através do aumento da contratação da mão de obra pelas unidades que expandem ou desejam diversificar a sua produção. Isto é, com a provável expansão e produção diversificada de produtos e serviços oportunidades de emprego serão indirectamente criadas pelo desenvolvimento de actividades económicas estimuladas pelas ligações a jusante e a montante.

Melhoramento da balança comercial: o país é um importador nato de bens e produtos de consumo e tecnologia, o que significa uma grande saída de reservas internacionais para financiar as importações. A população tende cada vez mais a crescer a ritmos exponenciais o que significa que há tendência para o aumento da procura e do rendimento real e com o actual contexto do mercado globalizado o aumento da produção poderá substituir em parte as importações poupando de alguma forma as reservas externas e com o aumento da produção interna os sectores de actividades se tornarão eficientes e parte da produção será destinada ao mercado internacional. O aumento da produção poderá em parte aumentar as oportunidades de acesso à mercados internacionais preferenciais..

Aumenta a produtividade, produtos e serviços, economias de escala, de gama e de experiência: o aumento da produtividade será conseguido graças ao aperfeiçoamento das técnicas advindos da divisão de trabalho, da redução do risco das actividades económicas, de investimentos adicionais em infra-estruturas e equipamento. A diversificação da produção impulsiona e promove o uso de novas tecnologias, de ofertas de novos produtos e serviços. As

economias de escala, de gama e de experiência serão promovidas pela partilha de recursos, de conhecimento, riscos e pelo nível operacional acrescido.

Criação e fortalecimento do empresariado nacional: a adesão para uma economia de mercado e a globalização criarão condições para o surgimento de um sector privado forte, dinâmico com capacidade de enfrentar a alta competição verificada, de iniciar a acumulação do capital e redução da dependência do capital estrangeiro, daí que a diversificação da produção é uma boa oportunidade para estimular o desenvolvimento dos empresários locais privados quer directamente na actividade diversificada, quer indirectamente em outras actividades que serão estimuladas pela diversificação.

Promoção de ligações: a diversificação permite que seja aproveitada a notoriedade do produto ou serviço relacionado ou não relacionado. Permite ainda que o excedente da unidade primária (mãe) seja canalizada para às outras unidades, diminuindo o risco de insolvência e contribuindo desta forma para um crescimento mais estável ou sustentável.

Fortalecimento da base produtiva interna: a diversificação da produção pode de alguma forma favorecer a diversificação do mercado tornando-o mais competitivo, na medida em que cada vez mais bens e serviços sejam produzidos.

3.5.2. Desvantagens

A diversificação da produção pode impedir que o produto ou serviço diversificado prospere, isto é, a diversificação pode criar barreiras para o crescimento contínuo e sustentável do produto ou serviço base.

Dificuldade na administração harmoniosa entre os sectores e produtos diversificados, devido por um lado ao aumento do volume de transações e grande diversidade de produtos e serviços.

Alteração da estrutura económica da economia diversificada uma vez que para o sucesso e crescimento contínuo a diversificação requer que seja adaptada aos objectivos conjunturais.

Altos custos resultantes de investimentos adicionais para o reforço do novo produto e serviço, assim como da nova tecnologia.

3.6 Conclusão

O capítulo mostrou a importância de se ter em conta na formulação da política económica de um país análise da DP, isso porque esta afecta directa e indirectamente o funcionamento e a estrutura económica de um determinado país.

O capítulo mostrou ainda os motivos que levam as economias e unidades produtivas a optarem pela diversificação da produção, isto é, as economias tendem a diversificar cada vez mais a produção para evitar a importação de bens e serviços, para fazer face a oscilação de preços no mercado, e de choques externos que afectam a economia.

Grande parte das unidades que diversificam a sua produção tem mais chances de fazer face as mudanças estruturais do mercado (mais dinâmicas), de serem mais abrangentes do ponto de vista de oferta de bens e serviços no mercado, de serem mais sustentáveis pelo facto de que quando um determinado bem ou serviço produzido estiver em crise, esta unidade poderá compensar por um outro produto relacionado (ou não), de serem mais adaptáveis devido ao seu dinamismo e são na maior parte os maiores geradores de emprego para a população local.

CAPITULO IV: CRESCIMENTO VIA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO APLICADO AO CONTEXTO MOÇAMBICANO

O principal objectivo das políticas de desenvolvimento tem sido o aumento do bem estar da população e dentre os vários, o mais importante (na actualidade) é a redução da incidência da pobreza. Geralmente a existência de elevados índices de pobreza está associada à baixa produtividade e, conseqüentemente à baixa renda per capita.

Como mostra Bolnick no seu artigo²⁹ apesar do notável progresso alcançado durante os anos 1996 a 2001, Moçambique continua sendo um dos países mais pobres no mundo. Bolnick citando o RNDH99, considerou Moçambique como tendo o mais baixo IDH e o IPH mais alto entre os 14 países membros da SADC. O componente mais fraco do IDH de Moçambique é o rendimento per capita, este desequilíbrio em detrimento do padrão de vida revela uma grande debilidade de toda a base indispensável para um desenvolvimento humano sustentável.

Desta forma, o fortalecimento da economia é indispensável para a redução da pobreza e o desenvolvimento humano. No entanto, a principal estratégia de desenvolvimento adoptada em Moçambique, para os quinquénios 2000-2004 e 2004-2009 é alicerçada pelo PARPA cuja implementação obedece o PES e o OE (RNDH2005), cujo principal objectivo é a redução dos níveis de pobreza absoluta, através da promoção do crescimento económico rápido, sustentável e abrangente, focalizando a atenção na criação dum ambiente favorável ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional e da incidência de acções na educação, saúde e desenvolvimento rural³⁰.

O presente capítulo analisa a evolução da economia nacional olhando para alguns dados agregados seleccionados, com enfoque no crescimento económico, a principal preocupação nesta parte do trabalho será olhar para dinâmicas de mudança no investimento. A aposta pelo

²⁹ B. Bolnick 2005, *Crescimento Económico: Um Instrumento para a Redução da Pobreza em Moçambique*, Ministério do Plano e Finanças, Maputo Moçambique

³⁰ Plano Quinquenal do Governo 2000-2004 e 2005-2009. Maputo, Moçambique

investimento deve-se por um lado, por haver forte conexão entre o CE e o investimento, isto é, os países que apresentam maiores taxas de crescimento económico recebem mais investimentos, e por outro lado, porque o investimento é um dos principais geradores de emprego e este é um veículo principal para o crescimento da produção e RP. Isto é, para que o CE contribua para a RP deve resultar em aumento da renda dos pobres que só é possível se houver maior emprego.

O capítulo está dividido em Quatro secções. A primeira secção apresenta um resumo sobre a evolução da economia nacional no período 1990-2005 com base no *performance* dos principais indicadores de medição do conceito e recorrendo a estatísticas oficiais.

A segunda secção analisa o comportamento da pobreza em Moçambique e dos seus indicadores por regiões. A diferença entre esta secção e a anterior reside no facto de a primeira recorrer-se a uma adaptação e ajustamento da metodologia de cálculos dos dados dos Anuários estatísticos do INE. E na segunda secção recorre-se a metodologia adoptada no Relatório da 1ª e 2ª Avaliação anual da pobreza em Moçambique.

A terceira secção analise a conexão entre o CE em Moçambique na RP, nesta parte do trabalho far-se-á uma avaliação sobre o efeito da DP na promoção do CE, e por conseguinte o seu efeito sobre a RP, recorrendo a exemplos concretos que ocorreram aqui em Moçambique. Como foi dito no primeiro capítulo que em Moçambique quase nada ou pouco se escreve sobre o efeito da DP na promoção do CE e sobre a RP, a metodologia a ser adoptada nesta parte do trabalho será sintetizar a informação recolhida através do trabalho de campo efectuado pelo autor em algumas regiões seleccionadas e através da literatura económica na tentativa frutífera de fazer inferências sobre o impacto da DP na promoção do CE e por conseguinte na RP.

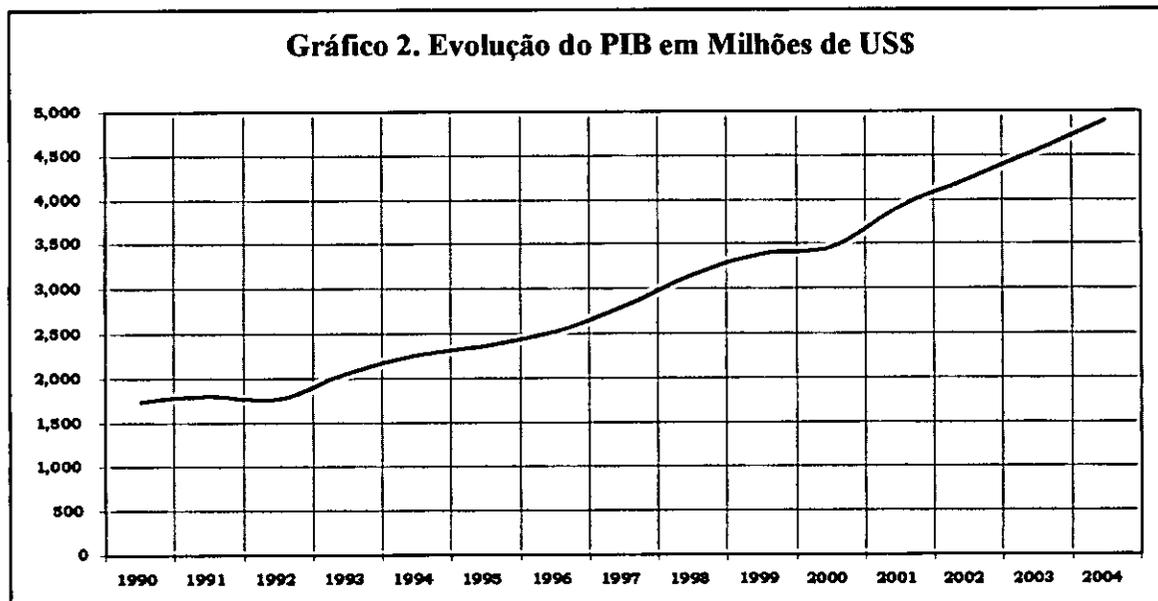
A quarta secção apresenta a conclusão do presente capítulo na qual arrolar-se-á os pontos de destaque das secções anteriores.

4.1. Evolução da Economia Nacional

Após a independência nacional em 1975, Moçambique passou por um processo de declínio económico nos primórdios dos anos 80, tendo experimentado neste período um crescimento negativo do seu PIB. A guerra civil teve a sua quota parte, devastando o País e deixando pelo menos quatro milhões de habitantes dispersos e em condições empauperadas, bem como infra-estruturas destruídas. Paralelamente à subida de petróleo no mercado intencional em 1979 e muitos desastres naturais, tais como as cheias, estiagem prolongada e consequente seca constituíram (alguns ainda constituem) os maiores contribuintes no referido declínio da economia (EDA 2000).

Em 1987, para a recuperação e estabilidade económica o governo de Moçambique, com assistência técnica e financeira do Banco Mundial (WB), lançou um programa de ajustamento estrutural (reforma económica) através do qual o País restabeleceu as infra-estruturas e os recursos humanos com efeitos benéficos na economia, a reforma económica e a liberalização da política de preços tiveram efeitos em quase todos os aspectos da economia nacional e os resultados mostram um crescimento relativo da economia de cerca de 7% de 1988 a 1990.

De acordo com recentes indicadores (PIB e Investimento), a situação macroeconomia de Moçambique mostra uma imagem satisfatória. Por exemplo, entre o período 1990 e 2004, Moçambique teve um ascendente em termos do valor do PIB em USD. O gráfico que a seguir se apresenta mostra a evolução do PIB em milhões de USD na qual pode-se ver uma tendência crescente do valor desde 1990 até 2004.



Fonte: Castel Branco 2005, *Evolução da Economia Nacional*, Staff Paper apresentada na I Conferência Económica do Banco Internacional de Moçambique

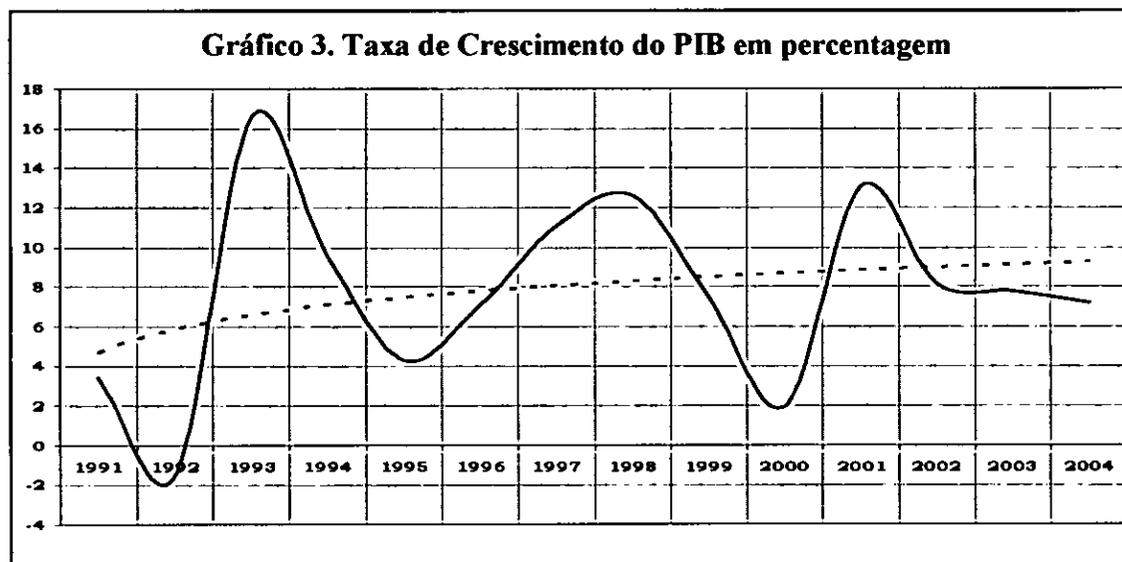
Segundo o RNDH 2005, essa evolução positiva deveu-se a uma estabilização do ambiente macroeconómico, liberalização da economia, implementação de várias reformas institucionais e estruturais, tais como a liberalização da taxa de câmbios, do sistema de comércio externo, redução gradual das tarifas aduaneiras e redução da intervenção do Estado na economia, a modernização e simplificação do sistema fiscal, a capacitação da administração pública, melhorias e maior transparência nos procedimentos ligados à gestão orçamental.

Em termos de taxas de crescimento (gráfico 3), durante o período de 1990 a 2004 Moçambique teve um crescimento médio anual de cerca de 10% que é uma taxa alta quando comparado com alguns países da região Austral de África que em média atingiram os 7.5% no mesmo período. No entanto, a taxa de crescimento médio anual do PIB de 8% previsto no PARPA I foi atingido e ultrapassado no período 1996-2004, embora não signifique que tenham sido alcançados todos os objectivos conjunturais (RNDH 2005).

Segundo Castel Branco 2005³¹ apesar da média de crescimento que se tem registado em Moçambique, as taxas de crescimento são muito irregulares, e são evidenciados por vários problemas estruturais da economia, nomeadamente, a vulnerabilidade a pequenos choques, dependência de fluxos externos, desarticulação das dinâmicas de crescimento, concentração do investimento e dinâmicas de crescimento em torno de um número muito reduzido de projectos de grande dimensão, e factores aleatórios a influenciarem o crescimento. Para Castel Branco o crescimento da economia é muito associado com o fluxo de recursos. Isto é, o crescimento do PIB é explicado na sua maioria pelo fluxo de capitais estrangeiros injectados no país e ao fluxo de ajuda externa.

O gráfico que a seguir se apresenta (gráfico 3) mostra em termos percentuais a taxa de crescimento da economia nacional desde 1991 a 2004. Deste gráfico pode-se verificar que de 1992 a 2004 o ritmo de crescimento teve uma tendência crescente (veja a linha picotada), facto esse que é influenciado por factores de diversa ordem, desde a estabilidade que se verificou com a assinatura do AGP o que despontou o aparecimento de um sector privado forte e beneficiou de grande fluxos de investimentos privados estrangeiros, com destaque para o sector industrial. O declínio verificado no ano 2000 deveu-se em grande medida aos factores exógenos que assolaram o país, nomeadamente as cheias, que contribuíram negativamente para o declínio da produção interna.

³¹ Castel branco 2005, *Evolução da Economia Nacional*, Apresentação feita na I Conferencia Económica do Banco Internacional de Mçambique, Maputo Moçambique



Fonte: Castel Branco 2005, *Evolução da Economia Nacional*, Staff Paper apresentada na I Conferência Económica do Banco Internacional de Moçambique.

4.1.1. Evolução do Investimento³²

O gráfico 4 (abaixo) mostra claramente que tanto o investimento público como o privado estão a aumentar. Nota-se que o crescimento do investimento está sobretudo impulsionado pelo crescimento do investimento privado. Apesar do investimento público continuar a jogar um papel importante na promoção do crescimento ele é sobretudo insignificante quando comparado com o investimento privado (veja com mais detalhe o gráfico 5).

O gráfico mostra ainda que o crescimento foi instável ao longo dos anos, no período de 1990 a 2004. Esta instabilidade é geralmente atribuída a factores conjunturais (guerra, calamidades naturais, preços do petróleo), e é ainda atribuída à própria estrutura e dinâmica de desenvolvimento da economia moçambicana.

³² Secção Baseada em Castel Branco 2005 e em Almeida Matos 2006.



Fonte: Castel Branco 2005, *Evolução da Economia Nacional*, Staff Paper apresentada na I Conferência Económica do Banco Internacional de Moçambique

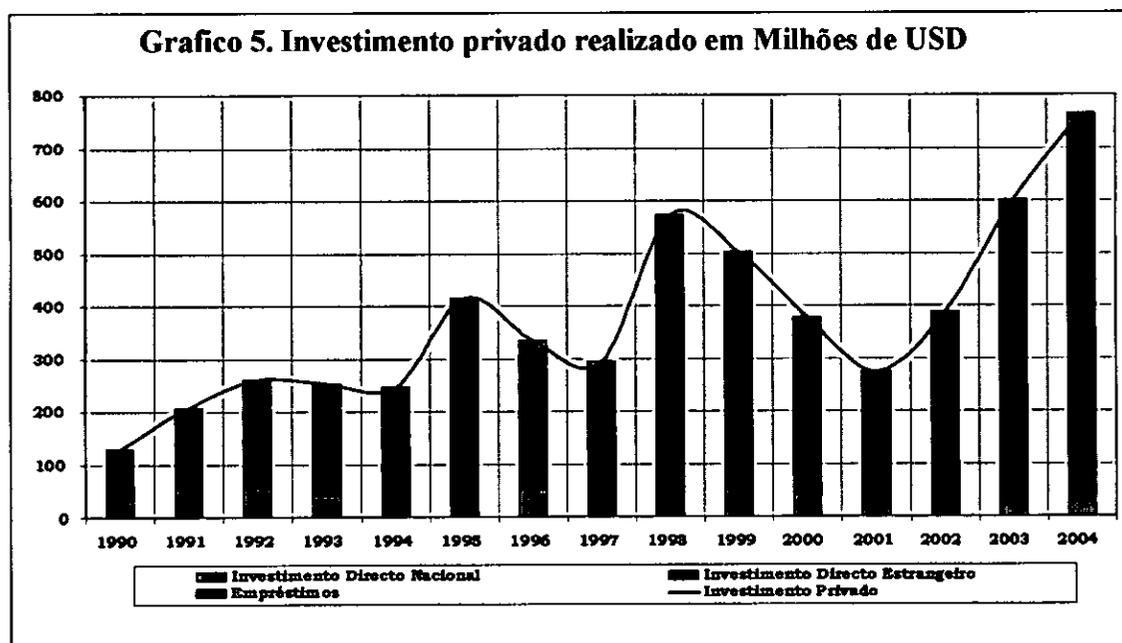
No que diz respeito ao investimento privado de Janeiro de 1990 a Dezembro de 2005, um total de 2.141 projectos foram aprovados, ao abrigo da lei de investimentos de Moçambique, criando aproximadamente 254.170 postos de trabalho e totalizando 14 mil milhões de USD de investimento realizado. Destes, 25.65% correspondem a IDE, e 12.66% a IDN (gráfico 5). O remanescente corresponde a empréstimos, reinvestimentos e subsídios³³.

O gráfico 5 mostra ainda que a maior parte do investimento privado em Moçambique corresponde ao IDE, e deste grande parte da sua contribuição no volume total de investimento provém dos projectos de grande dimensão (mega-projectos, Mozal e Sasol), que pela sua natureza criam poucos postos de trabalho para a população nacional e criam muito poucas ou quase nenhuma ligações com o resto da economia.

³³ A. Matos 2006,

Crescimento Económico no Contexto do Combate à Pobreza: Será a diversificação da produção uma solução? Revisão da literatura e Reflexão sobre Moçambique.

Para além disso, a maior parte dos investimentos foram canalizados para a província de Maputo no período 1990-2005, totalizando 2.4 mil milhões de USD correspondendo a 65.47% do volume total do IDE. As províncias de Gaza, Nampula, Sofala, e Zambézia totalizaram 553 milhões, 164 milhões, 152 milhões, e 105 milhões de USD em IDE, o que corresponde a 15.31%, 4.53%, 4.22%, 2.90% respectivamente (A. Matos 2006, Castel Branco 2005). Essa distribuição desigual do nível de investimento faz com que as províncias com menos investimentos sejam caracterizadas por elevados níveis de desemprego e altos índices de incidência da pobreza.



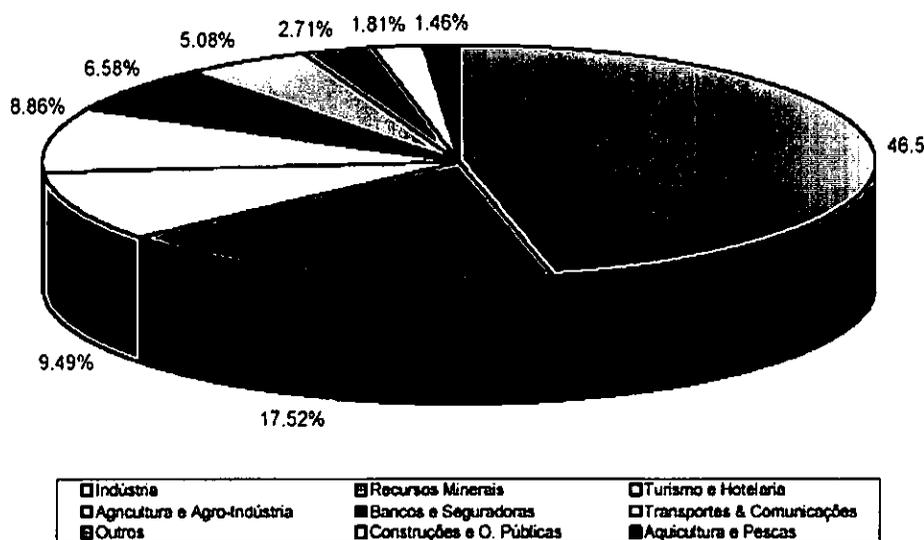
Fonte: Castel Branco 2005, *Evolução da Economia Nacional*, Staff Paper apresentada na I Conferência Económica do Banco Internacional de Moçambique

A maior parte da população do país (cerca de 70%), reside no meio rural e pratica a agricultura, razão pela qual a agricultura é considerada a base do desenvolvimento do país. Esta seria uma boa razão para que a maior parte dos investimentos fossem canalizados para este sector, mas tal como ilustra a Figura 3, a maior parte do IDE entre 1990 e 2005 foi direccionado para o sector da Indústria (1.7 mil milhões de USD), seguindo-se o sector dos recursos minerais e de energia com 636 milhões de dólares, os sectores de hotelaria e turismo

(345 milhões), agricultura e agro-indústrias (322 milhões), banca e seguros (239 milhões) que ocuparam o terceiro, quarto e quinto lugares respectivamente (A. Matos 2006).

Essa alocação desigual do investimento faz com que a maior parte da população moçambicana não tire benefícios provenientes do crescimento económico que se tem verificado, uma vez que mais da metade da população encontra-se nas zonas rurais e vive da produção agrícola familiar e o que se tem assistido ao longo dos anos é uma migração cada vez mais acentuada de pessoas das regiões pobres para as regiões ricas (concretamente para a Província de Maputo), aumentando desta forma o nível de desemprego, a insegurança, a criminalidade, os moradores de rua e pedintes.

Figura 2. Distribuição Sectorial do IDE



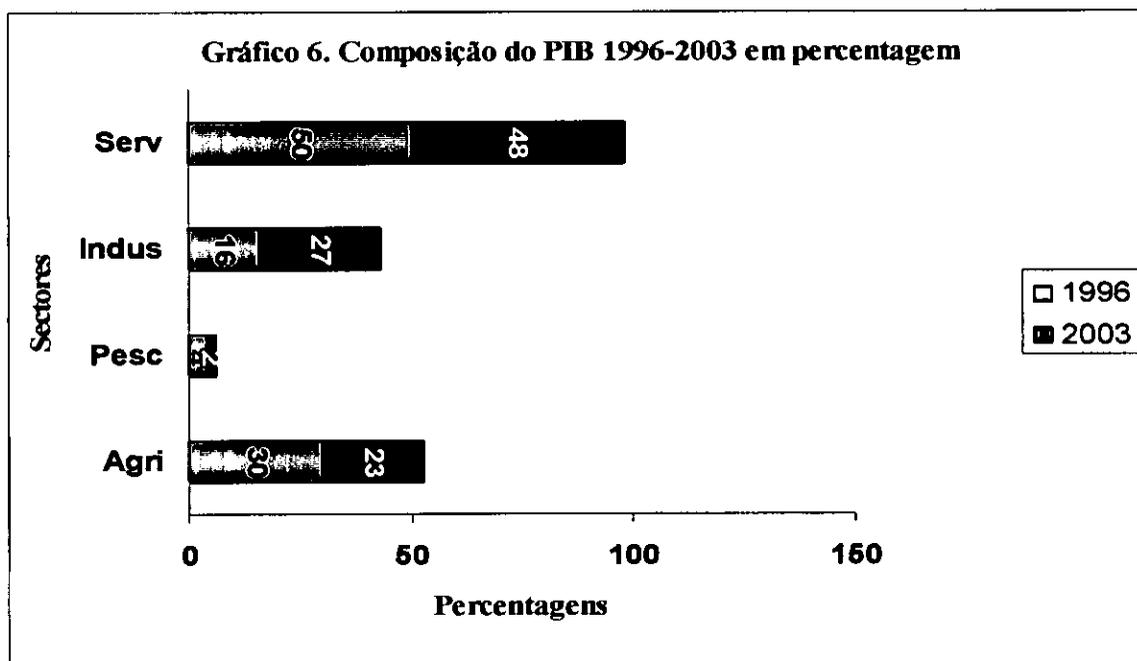
Fonte: A. Matos 2006

Como foi já referido anteriormente, durante a década de 90 Moçambique registou um desempenho macroeconómico marcadamente positivo, com uma taxa média de crescimento de 8,5 % ao ano. Este crescimento foi evidenciado por uma mudança na composição do PIB (Gráfico 6).

Crescimento Económico no Contexto do Combate à Pobreza: *Será a diversificação da produção uma solução?* Revisão da literatura e Reflexão sobre Moçambique.

O peso do sector do agrícola no PIB decresceu de 30% de 1996 para cerca de 23% em 2003 e, tendo em conta que este é o sector que mais emprega com cerca de 70% da população activa, esse decrescimento parece mostrar que a situação de vida da população que vive basicamente dependente da agricultura piorou, mas a análise dos dados do sector agrícola mostra um crescimento na ordem dos 6,6%, derivado principalmente do aumento da área cultivada e não do aumento da produtividade (RNDH 2005).

O peso do sector pesqueiro decresceu no período de 1997 a 2003 de 4% para 2%, enquanto que o do sector industrial cresceu de 16% em 1997 para 27% durante esse período, o crescimento do sector industrial foi impulsionado pelo crescimento do IDE e pelos megaprojectos. A contribuição do sector terciário também conheceu um ligeiro decrescimento durante esse período.



Fonte: Autor com base nos dados do INE 1996-2003

4.2 Perfil da Pobreza em Moçambique

Tendo como base os dados da pobreza para os quais existe informação oficial, pode se verificar na Tabela 2 que se segue, que entre 1996 e 1997 cerca de 80% da população moçambicana residia no meio rural e o remanescente era urbana. A tabela mostra ainda que a Incidência da pobreza usando a abordagem do cabaz fixo, era mais acentuada na zona rural do que na zona urbana com cerca de 71.3% e 62% respectivamente, o que totalizava (a nível nacional) 69.4% de pessoas que vivem abaixo da LP. Em 2002/2003 a Incidência da pobreza usando o mesmo método foi de 64.1% e 61.3% para a zona rural e urbana respectivamente, totalizando 63.2% a nível nacional.

Da tabela pode-se constatar também que durante esse período houve uma redução no nível nacional da incidência da pobreza em cerca de 6.2%. A redução da incidência nos níveis da pobreza foi mais acentuada nas zonas rurais que nas urbanas com cerca de 7.2% para as zonas rurais e 0.7% para as zonas urbanas, o que significa um ganho para o país, uma vez que a maioria da população reside nessas zonas onde houve avanços significativos na melhoria das condições de vida.

Apesar da redução da incidência ter-se verificado mais nas zonas rurais que nas urbanas os níveis de incidência da pobreza no meio rural continuam altos em relação às zonas urbanas e isso chama a atenção de todos os moçambicanos para que não cruzem os braços e redobrem os esforços para vencer esse mal que apoquentá a maioria da população.

Tabela 2. Incidência e profundidade da Pobreza, pela abordagem de cabaz fixo em %

	IPA			IPP		
	1996/1997	2002/2003	Diferença	1996/1997	2002/2003	Diferença
Rural	71.3	64.1	-7.2	29.9	25.6	-4.3
Urbano	62	61.3	-0.7	26.7	26.2	-0.5
Total	69.4	63.2	-6.2	29.3	25.8	-3.5

Fonte: INE - IAF 96/97 e 2002/2003

Tendo em conta a abordagem do cabaz flexível (ver Tabela 3), a incidência da pobreza a nível nacional era de cerca de 69.4% em 1996/97 e 54.1% em 2002/2003, o que representa um decréscimo quando comparado a evolução durante o esse período. Em 1996/97 a incidência da pobreza no meio rural e urbano era respectivamente cerca de 71.3% e 62.0%, e em 2002/2003 a incidência da pobreza no meio rural e urbano era cerca de 55.3% e 51.5% respectivamente.

A tabela mostra claramente que a redução da incidência da pobreza verificou-se mais nas zonas rurais durante esse período (1996/1997 e 2002/2003), com cerca de 16.0% contra os 10.5% verificado nas zonas urbanas.

Tabela 3. Incidência e profundidade da Pobreza, pela abordagem de cabaz flexível

	IPA			IPP		
	1996/1997	2002/2003	Diferença	1996/1997	2002/2003	Diferença
Rural	71.3	55.3	-16.0	29.9	20.9	-9.0
Urbano	62.0	51.5	-10.5	26.7	19.7	-7.0
Total	69.4	54.1	-15.3	29.3	20.5	-8.8

Fonte: INE - IAF 96/97 e 2002/2003

4.3. Diversificação, CE e RP

O efeito da DP sobre o crescimento da renda da população pode ser analisando sob várias perspectivas. Esta secção aborda a segurança alimentar, mercados e preços, a produtividade, e emprego como principais mecanismos de transmissão dos impactos positivos da DP sobre o crescimento da renda dos pobres. O objectivo é mostrar para cada caso como a DP afecta as condições de mercado, melhora a produtividade do trabalhador, e aumenta o nível de emprego numa região ou num país.

4.3.1. Segurança Alimentar e Mercados e Preços

Em Moçambique cerca de 3% da população anualmente é carente de alimentos. Portanto, a DP permite o aumento da disponibilidade de alimentos, o que concorre para o aumento da capacidade de consumo da população, assim como da melhoria da capacidade de acesso dos grupos mais vulneráveis. A variedade de produtos garantirá uma alimentação mais permanente durante o ano o que contribui para uma dieta alimentar mais saudável.

O aumento da disponibilidade de alimentos garantirá por outro lado, uma maior relação entre produtor e consumidor, e feiras de troca, fortalecendo o eixo fundamental entre a produção local, consumo local e a economia no transporte de produtos, o que desencadeará a existência de um mercado interno forte que será impulsionado por um processo de aumento da procura dos produtos no mercado local.

A DP permite ainda uma maior capacidade de produção gerando maiores alternativas de renda à população, menor dependência dos agricultores a commodities provenientes de outros mercados, concretamente do estrangeiro, geração de produtos agregados e agregação de valor a produtos já existentes.

Por exemplo, os camponeses da Moamba e de Boane encontram na diversificação produtiva a maneira de ter mais alimentos e maior quota no mercado (devido ao crescimento da oferta), eles em suas propriedades vem desenvolvendo o cultivo de diversas culturas (couves, alface, tomate, cebola, batata doce, mandioca), para o consumo e para a venda no mercado, também praticam a avicultura e a pecuária, mas a fonte de renda mais significativa vem da agricultura. Um aspecto interessante a notar é que quase todos os camponeses entrevistados afirmaram que diversificam a sua produção e o argumento usado estava em linha de conta com a seguinte citação:

[...] A opção por um único produto reduz drasticamente as possibilidades dos produtores, de consumirem o que produzem, o que compromete a garantia da

segurança alimentar dos mesmos que ainda na sua maioria produzem para a subsistência.

Assim,

[...] Diversificando a produção é possível viver tranquilo e com bons resultados durante o ano, pelo facto da diversificação proporcionar alimentos numa base permanente ao longo do ano, pois que para além da variedade de comida que teremos, no mercado teremos maior capacidade de oferecer aos clientes os nossos produtos como tomate, cebola, batata doce, mandioca, frutas, galinhas, patos, ovos (Sr^o Lino e Sr^a Joana responsáveis pelos camponeses em Boane e Moamba respectivamente).

O depoimento revela o quão importante é a DP na melhoria da vida da população sobretudo no que diz respeito ao combate a fome e na melhoria da dieta alimentar advindo da variedade de alimentação e a necessidade dos produtores buscarem a diversificação para o seu fortalecimento no mercado.

A DP contribui para a redução dos custos de transacção³⁴, Os custos de transacção têm impacto na redução dos preços de produção e dos preços de produtos finais, afectando a distribuição de rendimento e o volume das transacções. Neste contexto, O rendimento real das pessoas aumenta devido à redução dos preços, o que por sua vez causará aumento do poder de compra, essa elevação do poder de compra vai fazer com que o volume das transacções aumente. A alteração do rendimento e do volume das transacções traz benefícios para as famílias de duas maneiras: crescimento da despesa diária no consumo da família e através do crescimento económico que aumenta o rendimento nacional e que quando for eficientemente distribuído contribui para a redução da pobreza.

³⁴ Num estudo de Ali em 2003 promovido pela UNAC constatou que os camponeses que optam pela produção de um único, quando esgotam as suas reservas e tem que ir comprar no mercado pagam a um preço 5 a 6 vezes superior ao preço ao qual venderam o mesmo produto ou produto substituto.

4.3.2. Produtividade.

Na Província de Tete concretamente na vila de Úlongue entre 2004 e 2006, a APT perdia seus associados, que se dirigiam a outros centros agrícolas em busca de novas oportunidades. A APT, então, apostou num minucioso processo de planeamento estratégico. Realizou uma análise de mercado, em que a questão central era descobrir o potencial da região onde actuava, decidiu, então, buscar projectos que viabilizassem economicamente o pequeno produtor. A solução foi apostar na diversificação da produção e agregar valor à cadeia de produção da associação.

Em áreas relativamente pequenas (cerca de 1ha), os associados para além do tabaco passaram a produzir outras culturas, a título de exemplo o cultivo de vegetais, de frutas, e da criação de animais como galinhas, patos e coelhos, garantindo renda durante o ano todo, o que lhes permitiu aumentar sua capitalização. No entanto, a DP foi crucial ao elevar o volume de produção dos associados, e a prática das novas actividades requeriam novas técnicas o que impulsionou e promoveu o uso de novas tecnologias que elevaram a produtividade dos associados. Apesar da redução de área de produção de tabaco, a produtividade total dos associados aumentou de 10 toneladas de culturas por hectare em 2004, para cerca de 18 toneladas de culturas por hectare em 2006.

O director distrital da agricultura da vila afirmou que o aumento da produtividade dos associados deveu-se à DP pelo facto do mesmo manter a terra activa durante todo o ano e à medida que mais culturas e a combinação com a criação de animais na mesma área criam condições para que a terra passe a ser produtiva uma vez que a fertilidade do solo é mantida e aumentada, e a sua estrutura física é melhorada. O aumento da produtividade do trabalhador traz benefícios ao crescimento do rendimento deste o que de certa forma contribui positivamente para a melhoria do nível de vida dos mesmos.

[...] Quando produzia somente tomate nesta machamba conseguia apenas 50 a 70 caixas no tempo da colheita, e como não tinha meios de conservação, nem

toda produção conseguia vender, grande parte estragava-se e alguns dias não conseguia nem vender um quilo sequer e assim não tinha como comprar comida e material para a escola dos meus filhos, e daí decidi produzir para além de tomate, batata doce, cebola e feijão, e a minha vida melhorou um bocado porque quando um produto não era comprado outro era, embora seja, em menor quantidade e no final do dia tinha algum que dava para comprar comida, sabão, roupas e medicamentos para os meus filhos (Sra Isabel Bacacheza, camponesa).

A DP aumenta a produtividade do trabalhador na medida em que reduz o risco e a vulnerabilidade a que o mesmo incorre ao optar pela produção de um único produto. À medida em que mais produtos são introduzidos na unidade produtiva novas tecnologias também são utilizadas o que possibilita o aperfeiçoamento de novas técnicas, e daí o aumento da produtividade, esse aumento da produtividade aumentará o rendimento do trabalhador e assim a melhoria do nível de vida.

4.3.3. Emprego

Num país como Moçambique onde a população economicamente activa (PEA), é de 5.9 milhões de habitantes, constituída maioritariamente por trabalhadores por conta própria (52%) e trabalhadores familiares não remunerados (33.7%). Apenas 11.1% são assalariados, dos quais 4.1% são absorvidos pelo sector público e 6.9% pelo sector privado.³⁵

A maior parte da PEA reside no campo e vive da agricultura, daí que a DP far-se-á sentir mais no aumento do nível de emprego agrícola. Para além disso terá efeitos indirectos no aumento do nível de emprego fora do sector agrícola. O primeiro caso ocorre quando os camponeses expandem a sua área de produção e introduzem novas culturas e novas actividades, daí a necessidade contratação de mais trabalhadores. O segundo caso ocorre quando a procura pelos bens produzidos no sector agrícola aumenta e há intensificação da produção industrial que contratarão mais trabalhadores.

³⁵ Censo Populacional de 1997 (INE).

A associação dos camponeses do bairro Livezine em Moamba que inicialmente contavam com 40 trabalhadores (membros da associação), quando iniciaram a sua actividade em 2000 dedicaram-se somente a produção de Batata Reno e devido a dificuldade que tiveram ao longo do tempo optaram em 2002 pela diversificação da sua produção. Para além de batata Reno, passaram a produzir outros produtos como tomate, soja, batata doce, mandioca e criação de animais de pequeno porte como galinhas, patos e cabritos, a opção pela DP gerou cerca de 500 postos de trabalhos de 2002 a 2006 para a população local, sendo 300 postos ligado ao sector agrícola e os restantes postos foram gerados indirectamente pelo surgimento de alguns comerciantes provenientes de outras regiões.

[...] inicialmente só trabalhavam na associação os membros porque não tínhamos necessidade de tantos trabalhadores e desde que começamos com a produção de diversos produtos, tivemos em 2002 que admitir novos trabalhadores, alguns foram vinculados na parte administrativa e outros na parte operacional, uma vez que as actividades eram muitas para nós. Agora temos admitidos anualmente apenas trabalhadores em regime de eventuais principalmente na época de colheita devido ao volume de trabalho que esta época acarreta. Para além de emprego directo que geramos, no bairro, geramos também emprego indirectamente porque alguns dos residentes de outros bairros vinham adquirir os nossos produtos aqui no machamba e iam comercializar nos seus bairros. Essa situação obrigou-nos a aumentar e a intensificar a nossa produção o que nos levou a contratar mais trabalhadores para fazer face à maior procura dos nossos produtos (Sr Justino Fazenda).

O depoimento revela que a DP contribui para o aumento do emprego durante o processo de produção e, com a expansão e produção diversificada de produtos e serviços oportunidades de emprego serão indirectamente geradas pelo desenvolvimento de actividades económicas estimuladas pelas ligações a jusante e a montante.

E o emprego não agrícola será gerado pelo aumento da produtividade que, de uma forma directa ou indirecta, inclusive causará redução de preços, e por sua vez nos aumentos reais de renda e, portanto, aumentos da despesa agregada que, por sua vez, resultarão em nova demanda de trabalho noutras actividades.

4.4. Conclusão

O Capítulo mostrou que Moçambique nos últimos anos (1990 a 2004), apresentou um desempenho económico positivo, com taxa de crescimento do PIB per capita a atingir uma média anual de cerca de 10%. No entanto, esse crescimento foi essencialmente irregular porque a economia é dependente do fluxo de capitais externos que são injectados sob a forma de ajuda externa, a vulnerabilidade a pequenos choques e a desarticulação das dinâmicas de crescimento. Esse crescimento é bastante influenciado pelo crescimento do investimento privado onde a maior parte corresponde ao IDE, e deste grande parte da sua contribuição no volume total de investimento provém dos projectos mega-projectos.

De acordo com a informação oficial constatou-se que tanto pelo índice de incidência assim como de profundidade a pobreza diminuiu de 1996/97 a 2002/2003, usando a abordagem do cabaz fixo e a abordagem do cabaz flexível, tendo sido acentuada a redução no meio rural. No entanto, embora tenha aumentado a renda dos mais pobres, a sua vulnerabilidade à pobreza é ainda maior dada a sua dependência à fontes de rendas vulneráveis a pequenos choques.

O trabalho demonstra que a DP é um dos factores decisivos para acelerar o crescimento da renda da população e por via disso a erradicação da pobreza. O estudo mostra ainda que os que optam pela DP conseguem conciliar três factores importantes, auto-consumo e maior quota mercado, a geração de renda à outros devido ao emprego que geram directa e indirectamente, e aumentam a sua produtividade o que possibilita a aceleração do crescimento económico.

CAPÍTULO V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

O principal objectivo do GoM é a erradicação da pobreza absoluta. Apesar dos esforços empreendido pelo GoM, os níveis de incidência da pobreza continuam altos, razão pela qual a luta contra a sua erradicação continua dominando o discurso político do Chefe do Estado moçambicano Armando Emílio Guebuza.

Este trabalho tinha como objectivo analisar como o CE pode contribuir para a RP no mundo, particularmente em Moçambique, e se a DP é uma opção viável para RP por via do CE. Da análise feita a partir da revisão da literatura constatou-se que existem duas vias pela qual o CE contribui para a RP: a via directa e a via indirecta, a primeira é a que a RP é alcançada através da provisão das necessidades básicas para os pobres, a segunda é a que a RP é alcançada através do investimento e políticas que promovam o CE.

O trabalho mostrou que o efeito do CE na RP depende essencialmente da forma como são traçadas e implementadas as políticas de promoção do CE e como essas políticas toma em consideração o contexto específico no qual deverão ser aplicadas e depende da dinâmica económica e social que criam e/ou mantêm a pobreza.

Moçambique registou durante os anos de 1990 a 2004 um crescimento bastante animador, a taxa média anual do crescimento económico medido pelo PIB per capita chegou a atingir os 10% (ver gráfico 3), esse crescimento foi acompanhado por uma redução do nível de incidência da pobreza absoluta em cerca de 6.2% a nível nacional de 1996/1997 a 2002/2003, embora não se saiba até que ponto esse crescimento influenciou a RP.

É evidente que tanto a quantidade (ritmo) e a qualidade do crescimento da renda per capita são fundamentais para a RP, pois que, é através crescimento da renda per capita, que há maior

capacidade produtiva do país, gerando maior riqueza e aumento do nível de emprego. No entanto, sem descartar a importância que o ritmo do CE gera na RP, a pesquisa encontrou algumas variáveis que advêm da DP e que promovem o CE, como a segurança alimentar, mercados, preços, produtividade e emprego. Uma vez que um país que é caracterizado por alto nível de CE e se esse mesmo CE for impulsionado por um único sector, quando este entra em crise todo o país também entrará em colapso e a sobrevivência dos pobres estará totalmente comprometida. De forma diferente acontece se o CE foi impulsionado pela DP, quando uma actividade entra em colapso, a actividade não afectada assumirá o comando e assim o dinamismo da economia será mantido, embora não seja em níveis tão altos.

A DP contribui positivamente no aumento do CE, através do poder que atribui aos pobres ao oferecer bens e serviços de consumo, ao aumentar sua gama de opções, e ao reduzir os preços o que contribui na melhoria da qualidade de vida da população, ao garantir emprego numa base permanente para a população local gerando mais renda à essa população, ao dinamizar o mercado local. Assim sendo, o crescimento económico via diversificação da produção é uma das soluções para a redução da pobreza.

5.2. Recomendações

Para se aproveitar as vantagens que a DP potencializa, promover um rápido CE para o alcance dos vários objectivos gerais, e proporcionar melhores condições de vida aos Moçambicanos, sugere-se que se tenha em conta o seguinte:

1. A preocupação do GoM e de todos nós não deverá centrar-se no ritmo do CE, mas sim em *como é que CE ocorre*, o que é que *sustenta esse crescimento*. O padrão de crescimento é que importa mais, porque esse padrão irá determinar a sustentabilidade, direcção e impacto socioeconómico do crescimento a médio e longo prazo.
2. A política económica e as estratégias a serem adoptadas devem essencialmente ser orientadas em torno de metodologias que permitem o aproveitamento das

potencialidades que a DP confere e para o desenvolvimento das capacidades e recursos nacionais.

3. Adopção de políticas e estratégias ajustadas à realidade nacional, que tomam em consideração o contexto em que elas serão aplicadas e que sejam orientadas para o fortalecimento e diversificação da base produtiva nacional e que promovam simultaneamente ligações inter e intrasectoriais.
4. Induzir uma melhor organização e autogestão das comunidade, sobretudo no que diz respeito à sua capacitação e colaborar no desenvolvimento das capacidades e conhecimento.
5. O quê e como diversificar, qual a dinâmica do mercado e implicações para o produto, o sector diversificado.
6. Como maximizar o contributo socio-económico advindo da DP sem comprometer o crescimento sustentado da unidade ou do país.

VI. BIBLIOGRAFIA

1. Alesina, Alberto, and Dani Rodrik. 1994. "Dis- tributive Politics and Economic Growth." *Quarterly Journal of Economics*.
2. Arnaldo, J. 2002. *Conceptualização da Diversificação da Produção*, staff paper apresentada no seminário de Empreendedorismo e Negócios, Algarve, Portugal
3. Aydalot, P. 1984. *A la recherche des nouveaux dynamismes spatiaux*. In: *Crise et espace*. Paris, Economica.
4. Banco Mundial 2004, *Relatório do Desenvolvimento Mundial*, Washington DC.
5. Birdsall, Nancy, and Juan-Luis Londono. 1997. "Asset Inequality Matters: An Assessment of the World Bank's Approach to Poverty Reduction." *American Economic Review* 87.
6. Bolnick, B. 2005, *Crescimento Económico: Um Instrumento Para A Redução Da Pobreza Em Moçambique*, Staff Paper, MPF. Maputo.
7. Breitbach A. 2001, *Entre a Especialização e a Diversificação Industrial: Por Um Desenvolvimento Regional Durável, a experiência da região do Caxias do Sul*. Brasil.
8. Britto E. 2002, *A Diversificação Produtiva elemento favorável para o aumento da renda da população local, caso de caxias do sul*. Brasil.
9. Castel Branco, C. N 2003 *Situação Económica em Moçambique: reavaliação da evidência com foco na dinâmica da produção industrial; comunicação preparada para*

- a VII Conferência Anual do Sector Privado (CASP), que teve lugar a 05 de Março de 2003, em Maputo.
10. Castel Branco C. N. 2005, A Evolução da Economia Nacional Apresentação feita na I Conferencia Económica do Banco Internacional de Moçambique, Maputo Moçambique.
 11. Da Cruz, E. P. 2006, Impacto Sócio Económico da Pesca de Pequena Escala na Praia de Zalala, Trabalho de Licenciatura, UEM FE Maputo Moçambique
 12. Datt, Guay, and Martin Ravallion. 1998. "Why Have Some Indian States Done Better at Reducing Poverty?" *Economica* 66.
 13. Deininger, Klaus. 1999. "Asset Distribution, Inequality and Growth." World Bank, Development Economics, Washington, D.C.
 14. Deininger, Klaus, and Lyn Squire. 1998. "New Ways of Looking at Old Issues: Inequality and Growth." *Journal of Development Economics* 57.
 15. Dollar, David, and Aart Kraay. 2000. "Growth Is Good for the Poor." World Bank, Development
 16. Fallon, Peter, and Vivian Hon. 2000. "Poverty and Labor-intensive Growth." World Bank, PREM Network, Economic Policy Group, Washington, D.C.
 17. Ferreira, M. A. M.; Braga, M. J. Diversificação e Competitividade nas Cooperativas Agropecuárias, *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 8, n. 4, 2004.

18. Ferreira, M. A. M. Fatores internos associados à decisão de diversificação nas Cooperativas Agropecuárias, 88 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2002.
19. Fields, Gary. 1989. “Changes in Inequality and Growth in Developing Countries.” *The World Bank Research Observer* 4 (July): 167-85.
20. Freire, A. 2001. *Estratégia: Sucesso em Portugal*; 1ª Edição. Lisboa/São Paulo.
21. FMI 2005. *World Economic Outlook*, Washington DC
22. GoM 2001 *Plano de Acção Para a Redução de Pobreza Absoluta, 2001-2005, (PARPA)*, Maputo.
... 2000-2004 e 2005-2009, *Plano Quinquenal do Governo, Conselho de Ministros*, Maputo, Moçambique.
23. Gort, M. J. *Diversification and integration in American Industry*. Princeton: Princeton University Press.
24. Gulube, N. A. 2007, *Impacto do Investimento no Sector de Estrada na Redução da pobreza em Moçambique 1995 – 2005*, Trabalho de Licenciatura, UEM FE Maputo Moçambique.
25. Huo, T. 2006, *Renda e Pobreza Rural no Centro e Norte de Moçambique*, Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestrado em População e Desenvolvimento, UEM, FLCS Maputo, Moçambique.
26. INE (1995 a 2005) *Anuários Estatístico*, Maputo.

27. INE (2003) Características Sócio-Económicas Das Comunidades Rurais em Moçambique, 2002/03; Relatório Final, Maputo.
28. Lipton, M., e M. Ravallion, 1995, "Poverty and Policy", in J. Berhman and T.N. Srinivasan, eds., Handbook of Development Economics, vol. III, Elsevier Science.
29. Matteaccioli, A. 1995. Les facteurs généraux de l'évolution économique contemporaine explicatifs des dynamiques de l'espace géographique. Texto para discussão, Université de Paris I, 48 p.
30. Matos, A. 2006, O Investimento em Moçambique, Staff paper Austral Consultoria, Maputo Moçambique.
31. Montgomery, C. A. Product-market diversification and market power. Academy of Management Journal, Briarcliff Manor, v. 28, n. 4, dec. 1985.
32. Montgomery, C. A Corporate Diversification. Journal of Economic Perspectives, St. Paul, v. 8, n. 3, 1994.
33. Paes de Barros, Ricardo e Mendonça, Rosane, 1997, "O Impacto do Crescimento Económico e de Reduções no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza", Rio de Janeiro, Texto para Discussão Nº 528 – IPEA.
34. Paes de Barros, Henriques e Mendonça, 2001, "A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil", IPEA: Texto para discussão nº 800, Rio de Janeiro, 2001.
35. PNUD 2001, Relatório Global do desenvolvimento Humano, Washington DC
.... 2005 Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, Maputo Moçambique

36. Ravallion, Martin e Chen, Shaohua, 2001, "Measuring Pro-Poor Growth." Worldbank Working Papers.
37. Ravallion, M. E G. Datt, 1992, "Growth and redistribution components of changes in poverty measures: A decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s." *Journal of Development Economics* 38.
38. Ravallion, Martin e Datt, Gaurav, 1999, "When Is Growth Pro-Poor? Evidence from the Diverse Experiences of India's States." Policy Research Working Paper no. 2263. World Bank, Development Research Group, Washington, D.C.
39. Ravallion, M. e Chen, S., 1997, "What Can New Survey Data Tell Us about Recent Changes in Distribution and Poverty", *World Bank Economic Review*, vol. 11, 'no 2, pp.
40. Ravallion, Martin. 1998. "Does Aggregation Hide the Harmful Effects of Inequality on Growth?" *Economics Letters* 61.
---. 2000. "Growth and Poverty: Making Sense of the Current Debate." University of Social Science, Toulouse, France.
41. Ravallion, Martin, and Shaohua Chen. 1997. "What Can New Survey Data Tell Us about Recent Changes in Growth and Distribution?" *The World Bank Economic Review* (May).
42. Richetti B. 2006. Diferentes conceitos da diversificação, Staff paper apresentada no Seminário de Investigação Agrícola, SP Brasil
43. Sen, Amartya 1999 "Conceitos de Pobreza" In: "Pobreza e Fomes; Um Ensaio Sobre Direitos e Privações", Editora Terra Mar, Lda., Lisboa.

44. Sousa, R. 2000. Crescimento do Rendimento da população no Rio Grande do Sul: a Importância da Diversificação da Produção, Brasil
45. Thomas, Vinod, and Yan Wang. 1998. "Missing Lessons of East Asia: Openness, Education and the Environment." In Shahid Burki, Guillermo Perry, and Sara Calvo, eds.
46. Vieira, S. P. 2005, Crescimento Económico, Desenvolvimento Humano e Pobreza: Análise da Situação em Moçambique; CESA, Documentos de Trabalho nr. 68.
47. World Bank. 2000. World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty. New York: Oxford University Press.

Pessoas Entrevistadas

1. Senhor Lino representante dos camponeses em Boane.
2. Senhor Justino Fazenda, membro da associação dos camponeses do bairro Livezine em Moamba.
3. Director Distrital da Agricultura da Vila Ulóngue
4. Senhora Joana responsável pelos camponeses em Moamba

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO SOBRE A DP

O que Produziam quando começaram com a vossa actividade?

Quando é que sentiram a necessidade de diversificar a vossa produção?

Quais os benefícios advindos DP?

Há quanto tempo é que praticam várias actividades simultaneamente?

Sente alguma diferença entre o período que produzia apenas um único produto e agora que optou pela DP? Qual?

A quantidade de bens que produz agora com a DP é mais satisfatória em relação ao período anterior antes da adopção da DP?

Desde que optou pela DP gerou algum posto de emprego aqui na região? Quantos

Crescimento Económico no Contexto do Combate à Pobreza: *Será a diversificação da produção uma solução?* Revisão da literatura e Reflexão sobre Moçambique.

Está satisfeito com o que lhe confere a DP?

Quais as vantagens e desvantagens da DP?

18. Depois de analisar a actividade, considera ter sido uma boa opção enveredar pela DP ou está arrependido?

Que recomendações daria à aqueles que ainda optam pela produção de um único produto?

Crescimento Económico no Contexto do Combate à Pobreza: Será a diversificação da produção uma solução? Revisão da literatura e Reflexão sobre Moçambique.

ANEXO 2

PRODUTO INTERNO BRUTO, ÓPTICA DA PRODUÇÃO (valores em 10 ⁶ Mts)														
Descrição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Agricultura, produção animal,	14,229,088	11,297,154	14,182,534	14,125,408	16,522,262	17,967,444	19,678,967	21,553,828	22,958,699	19,946,286	22,065,189	24,727,753	26,006,502	27,339,904
Pesca, aquacultura, e actividade	2,021,249	1,819,400	1,952,910	1,825,025	1,875,841	2,065,972	2,108,525	1,875,592	1,835,731	1,924,284	1,935,585	1,957,712	2,125,536	2,130,603
Indústrias extractivas	204,778	148,387	185,168	189,246	227,264	182,092	220,514	266,036	248,765	396,987	439,734	565,989	657,191	1,127,609
Manufatura	4,659,035	4,290,647	4,047,702	3,802,818	4,100,482	4,874,029	6,421,876	7,349,577	8,427,521	9,703,369	13,070,506	14,212,964	16,635,889	18,831,960
Electricidade e água	354,549	352,142	364,396	353,397	376,755	444,469	613,114	2,323,884	4,144,316	3,798,421	4,173,862	4,607,981	5,071,242	5,896,831
Construção	807,087	823,023	845,984	1,147,764	1,366,307	1,694,477	2,001,828	2,526,624	2,611,583	2,952,091	3,149,138	3,489,100	3,826,145	3,558,991
Comércio	6,881,962	6,068,133	5,687,701	6,481,136	6,464,755	6,247,250	6,736,937	7,539,714	7,728,885	7,981,475	9,440,849	9,884,021	10,559,154	11,353,454
Reparação de veículos automóveis, motocicletas e de bens de uso pessoal e doméstico					289,260	357,292	417,266	430,750	437,522	445,503	453,676	464,564	450,816	
Alojamento, restaurantes e sim	457,419	554,736	740,050	839,395	794,587	937,772	1,270,400	1,243,331	1,310,288	1,399,615	1,455,293	1,530,015	1,621,279	1,670,708
Transportes, armazenagem e c	2,951,468	4,525,794	4,903,544	5,194,057	5,773,007	6,355,446	7,454,551	7,810,382	8,516,618	8,741,680	9,342,228	10,123,525	10,421,033	11,426,370
Actividades financeiras	1,509,207	1,518,718	1,827,502	1,680,161	1,739,106	1,683,959	2,187,725	1,807,353	1,320,532	2,387,014	2,896,392	3,352,650	3,705,882	4,639,478
Actividades imobiliárias, alugu	6,903,111	7,331,173	7,587,997	7,943,470	8,160,739	8,522,828	8,714,714	9,511,570	9,794,297	9,925,274	10,425,431	10,500,544	10,613,642	11,239,529
Administração pública, defesa	3,102,848	3,252,278	3,675,484	5,215,076	2,493,123	2,353,475	2,331,614	2,396,477	2,830,432	3,003,755	3,673,542	3,944,673	4,134,357	4,325,830
Educação	1,623,153	1,532,244	1,561,062	1,617,950	1,779,295	1,959,389	2,100,979	2,257,035	2,470,894	2,710,289	3,225,350	3,376,994	3,658,571	4,086,605
Saúde e acção social	453,271	547,339	533,161	584,102	662,476	723,061	759,932	832,234	974,782	1,088,934	1,186,575	1,254,271	1,326,518	1,425,587
Outras actividades de serviços	1,030,818	929,127	969,018	1,055,158	1,232,919	1,352,269	1,476,117	1,618,898	1,780,124	2,106,595	2,249,416	2,324,002	2,379,778	2,436,893
SIFIM	-263,919	-262,280	-303,411	-287,793	-620,209	-611,187	-1,093,307	-656,461	-425,408	-778,987	-1,399,776	-1,731,840	-2,866,578	-3,295,741
Total valores acrescentados, p	47,189,041	44,990,295	49,064,184	52,054,163	53,568,917	57,653,191	64,434,885	71,329,800	77,384,217	78,503,590	89,174,592	96,305,850	103,207,284	111,941,166
Impostos sobre os Produtos	1,499,394	1,163,255	1,153,838	1,222,425	1,225,610	5,139,084	5,732,164	6,570,712	6,747,843	7,264,663	7,629,529	9,638,314	10,632,044	11,076,144
Produto interno bruto	48,424,516	45,891,269	49,914,822	52,988,795	54,174,318	62,181,076	69,073,743	77,244,061	83,706,661	84,989,266	95,404,345	104,212,325	110,972,750	119,721,569

Crescimento Económico no Contexto do Combate à Pobreza: Será a diversificação da produção uma solução? Revisão da literatura e Reflexão sobre Moçambique.

PRODUTO INTERNO BRUTO, ÓPTICA DA DESPESA (valores em 10³ Mts)

Descrição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Consumo final	4,504,832	5,938,420	8,214,540	14,882,884	22,573,094	37,281,020	43,507,565	47,850,921	52,716,404	60,083,224	72,459,856	100,003,423	112,636,638	127,610,572
Consumo privado	4,080,371	5,270,868	8,011,991	12,294,915	20,564,319	34,343,811	39,470,238	42,496,215	45,809,352	52,547,674	61,078,587	87,756,807	98,480,913	109,881,174
Consumo final, governo	424,261	665,552	1,202,549	2,587,969	2,008,775	2,937,209	4,037,327	5,354,706	7,107,052	7,515,550	11,381,269	12,246,616	14,155,725	17,729,398
Formação bruta de capit	638,088	998,681	1,636,908	2,975,732	5,576,287	7,404,349	9,053,823	8,416,181	11,585,214	20,313,120	16,849,854	29,802,206	24,720,708	23,998,566
Variação de existências	108,643	166,961	269,524	329,616	755,304	586,772	-2,894	3,019,195	9,870,411	1,702,227	4,994,112	-367,071	225,852	-392,045
Exportações	385,136	530,975	757,163	1,547,405	2,601,413	4,456,066	4,981,825	5,388,644	5,887,008	8,382,730	17,858,813	24,815,956	29,136,749	38,340,811
Bens	228,917	347,289	510,391	1,007,011	1,498,530	2,756,620	3,136,245	3,628,942	3,984,276	5,917,279	14,374,339	17,646,042	22,911,868	33,171,952
Serviços	136,219	183,686	246,772	540,394	1,102,883	1,699,446	1,845,380	1,759,702	1,902,732	2,445,451	3,484,273	7,169,914	6,224,881	5,168,859
Menos: Importações	1,673,210	2,579,885	3,866,668	6,416,415	10,829,976	13,117,039	13,558,873	14,323,613	21,887,567	24,810,472	27,794,072	54,775,536	55,746,998	60,887,612
Bens	1,498,972	2,305,486	3,326,128	5,257,476	8,710,372	11,342,453	11,431,850	11,547,450	18,029,414	19,712,192	22,057,323	43,520,092	43,773,504	50,209,348
Serviços	174,238	274,399	540,540	1,158,939	2,119,604	1,774,586	2,126,723	2,776,164	3,858,153	5,098,280	5,736,748	11,255,444	11,973,494	10,678,264
PIB	3,943,287	6,053,152	8,011,465	13,319,222	20,678,102	36,611,168	43,981,346	51,351,327	57,951,470	65,630,830	84,368,362	99,478,978	110,972,749	128,668,292
Discrepância	0	2	-1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	-1	0

Descrição	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Consumo final	56,929,870	52,733,299	56,164,385	60,555,405	58,654,169	63,318,766	68,494,726	72,920,655	77,283,161	77,872,809	79,646,224	106,421,170	112,636,638	118,132,965
Consumo privado	51,609,482	47,363,403	49,502,898	50,841,531	53,741,900	58,330,157	62,458,793	65,677,519	69,254,975	68,744,628	69,259,951	93,400,254	98,480,913	102,683,645
Consumo final, governo	5,320,388	5,369,895	6,661,487	9,713,874	4,912,269	4,988,609	6,035,933	7,243,135	8,028,185	8,928,182	10,386,273	13,020,916	14,155,725	15,449,320
Formação bruta de capital fixo	8,982,674	8,362,260	8,701,794	11,024,037	12,061,131	12,576,682	14,626,557	14,517,664	16,960,143	26,523,835	20,066,157	26,808,686	24,720,708	23,334,336
Variação de existências	587,589	753,403	1,022,321	917,183	2,194,994	996,585	90,249	4,851,325	14,548,527	2,117,485	4,028,825	-217,084	225,852	-391,018
Exportações	3,298,212	3,754,635	3,895,712	5,171,005	5,483,319	7,568,265	8,221,786	9,020,443	8,956,770	11,770,874	17,707,534	24,493,469	29,136,749	35,329,028
Bens	2,639,590	2,698,542	2,799,938	3,468,021	3,082,723	4,681,894	5,070,673	6,093,759	6,084,182	8,725,019	15,491,528	18,753,644	22,911,868	30,213,434
Serviços	658,622	1,056,094	1,095,774	1,702,985	2,400,596	2,886,371	3,151,113	2,926,685	2,872,588	3,045,855	2,216,006	5,739,825	6,224,881	5,115,594
Menos: Importações	21,373,829	19,712,328	19,869,590	24,678,835	24,219,295	22,278,220	22,359,576	24,086,035	34,041,949	33,095,737	26,044,394	53,293,914	55,746,998	56,683,742
Bens	19,415,229	17,504,352	16,959,236	20,782,200	19,524,042	19,264,229	18,782,659	19,519,549	28,200,673	26,588,573	20,818,061	42,414,012	43,773,504	45,653,872
Serviços	1,958,601	2,207,975	2,910,354	3,896,635	4,695,253	3,013,990	3,576,916	4,546,487	5,841,276	6,507,164	5,426,333	10,879,902	11,973,494	11,029,870
PIB	48,424,516	45,891,269	49,914,622	52,988,795	54,174,318	62,181,078	69,073,743	77,244,051	83,706,651	84,989,266	95,404,345	104,212,327	110,972,749	119,721,569